

Oswaldo Coggiola

GOVERNOS MILITARES
NA AMÉRICA LATINA

EDITORA
CONTEXTO

Copyright © 2001 Oswaldo Coggiola

Coordenação de textos
Carla Bassamezi Pinsky

Preparação
Camila Kintzel

Diagramação
Jose Luis Guijarro

Revisão
Sandra Regina de Souza

Projeto de capa
Antônio Kehl

Montagem de capa
Fábio Amancio

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Coggiola, Oswaldo
Governos militares na América Latina / Oswaldo
Coggiola. – São Paulo : Contexto, 2001. – (Repensando a
História do Brasil)

Bibliografia.
ISBN 85-7244-185-2

1. Ditadura – América do Sul. 2. Governo militar –
América do Sul. 3. Militarismo – América do Sul. 4.
Perseguições políticas – América do Sul. I. Título. II.
Sêrie.

01-3776

CDD-321.9098

Índices para catálogo sistemático:
1. América do Sul: Governos ditatoriais:
Ciência política 321.9098

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

2001

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA CONTEXTO (Editora Pinsky Ltda.).
Diretor editorial *Jaime Pinsky*
Rua Acopiara, 199 – Alto da Lapa
05083-110 – São Paulo – SP
PABX: (011) 3832-5838
FAX: (011) 3832 1043
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

*Dedico a todos os mortos
e desaparecidos na luta contra as
ditaduras militares na América Latina.*

Sumário

Introdução.....	9
Os regimes militares sul-americanos na década de 1960.....	11
O novo espaço histórico do poder militar nas décadas de 1970 e 1980.....	35
O mercado comum do terror.....	51
O epílogo sem fim.....	79
Conclusão.....	109
Cronologia.....	111
Sugestões de leitura.....	117

Introdução

Entre meados da década de 1960 e meados da década de 1980, a América Latina, em especial a América do Sul, viveu um período histórico dominado por regimes militares. As conseqüências desse período são sentidas até hoje, não se tratando de algo superado. A principal delas foi a eliminação, pela repressão, de boa parte ou, em alguns países, da maioria das lideranças políticas de esquerda – ou simplesmente progressistas, sindicais, estudantis e intelectuais. Muitos dos que sobreviveram à repressão, por outro lado, tiveram suas vidas alteradas para sempre: carreiras interrompidas, vocações abandonadas, exílios temporários que se transformaram em definitivos. Muitos morreram, anos depois, em conseqüência dos padecimentos sofridos no período ditatorial. Diferentemente do genocídio nazista, a repressão teve um caráter mais seletivo, mas não menos horroroso: dos cem mil mortos e cinquenta mil desaparecidos na Guatemala na década de 1980, aos trinta mil (ou mais) desaparecidos na Argentina na segunda metade da década de 1970, o catálogo dos horrores parecia não ter fim. Algumas perdas foram definitivas: a América Latina nunca voltará a ser a mesma depois da “era das ditaduras”, dos seus quase cem mil desaparecidos e das dezenas de milhares de assassinatos políticos.

A história desse período, em geral e em cada país, ainda está para ser feita, embora já existam sobre ele numerosos livros de denúncia, análises e reportagens jornalísticas de fôlego, filmes, romances e peças teatrais. Parece que os historiadores paralisa-

ram diante do que, às vezes, torna-se indescritível. Algo semelhante aconteceu com o holocausto judeu durante a Segunda Guerra Mundial: as análises históricas de conjunto, as que realmente revelaram a trama de interesses, contradições e até cumplicidades existentes tiveram de esperar mais de três décadas depois do fim dos acontecimentos, quando a maioria dos responsáveis diretos ou indiretos já estava morta ou praticamente esquecida.

Os Regimes Militares Sul-Americanos na Década de 1960

A primeira dificuldade, quando analisamos os governos militares latino-americanos das décadas de 1960 a 1980, consiste em determinar os traços comuns a regimes e situações políticas diversas. Os golpes militares de Velasco Alvarado e Ovando Candia – respectivamente no Peru e na Bolívia, em 1968 –, nacionalistas e “populistas”, diferem em muito dos regimes repressivos e entreguistas de Pinochet, Costa e Silva ou Videla, no Chile, no Brasil e na Argentina.

No que pesem as enormes diferenças, alguns pontos em comum a todos os regimes militares são evidentes: dissolução das instituições representativas, falência ou crise aguda dos regimes e partidos políticos tradicionais, militarização da vida política e social em geral. Os regimes militares “progressistas”, por outro lado, foram a exceção nesses “anos de chumbo”. Um outro aspecto em comum é o crescente poderio, econômico, social e político, a partir das décadas de 1950-60, da instituição militar.

Em meados da década de 1960, três golpes militares de significativa importância mudaram a história da América do Sul. Nos três foi visível a influência determinante da diplomacia norte-americana. A tensão internacional – Estados Unidos *versus* URSS, ou “comunismo *versus* mundo livre” – forneceria justamente o alibi ideológico para os golpes militares, que afirmaram com unanimidade ser a democracia “incapaz de conter o comunismo”.



Entre 1952 e 1964 os mineiros bolivianos foram protagonistas de uma das mais profundas revoluções da América do Sul.

Em 1952, a insurreição mineira e camponesa derrubou o regime da "rosca", literalmente destruiu o Exército e colocou a nacionalização do complexo mineiro e a reforma agrária na ordem do dia. As milícias operárias e camponesas passaram a ter o papel destacado na vida política do país. As nacionalizações e a eliminação do latifúndio acabaram acontecendo, mas com indenizações compensatórias e de modo burocrático, devido à influência do partido (o MNR), que havia herdado o poder depois da convulsão de abril.

Vale destacar que o MNR deu-se como principal tarefa a reconstituição da coluna vertebral do velho Estado, as Forças Armadas, tarefa para a qual contou com a generosa ajuda das missões militares e créditos dos Estados Unidos, que pagou a vista a capacidade de manobra diante da revolução que só o velho inimigo nacionalista, chefiado por Victor Paz Estenssoro, possuía.

BOLÍVIA 1964

Na Bolívia, as Forças Armadas, encabeçadas por René Barrientos Ortuño, derrubaram em 1964 o governo civil do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário). Este, por sua vez, era herdeiro da crônica instabilidade política nascida com a revolução de 9 de abril de 1952, que tinha findado outro regime autoritário de seis anos de duração (o "sexênio"), o governo da "rosca", como era conhecida a oligarquia agrária e do estanho na Bolívia (os famosos "barões": Patiño, Rotschild e Aramayo, que se destacaram entre as maiores fortunas do planeta).

Em 1964, o regime do MNR recebeu seu prêmio final pela bem-sucedida tarefa de reconstituir o " pilar da ordem": um ponto final ao seu regime, que navegava penosamente em meio a crises econômica e política intermináveis.

BRASIL 1964

Pela importância econômica e demográfica do país na América do Sul, o golpe militar decisivo, na década, foi aquele que derrubou em 1964 o regime civil brasileiro, dando-se por tarefa

cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja pureza já se havia infiltrado não só na cúpula do governo, como nas suas dependências administrativas.

O "colapso do populismo brasileiro" foi muito mais do que, na expressão do sociólogo Francisco de Oliveira, "a dissolução da ambigüidade do Estado" (isto é, o desvendamento de sua função a serviço da classe dominante): havia a pressão dos sindicatos pelas "reformas de base", a das Ligas Agrárias comandadas por Francisco Julião pela reforma agrária e a de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar os ganhos das empresas multinacionais instaladas no país, em especial a Volkswagen. O quadro sindical-camponês ameaçava escapar ao controle do governo de João Goulart, o Jango, resultante da crise política que levava à renúncia, em 1961, do presidente Jânio Quadros.

Diante de tal quadro, desfavorável ao progresso dos interesses econômicos dos Estados Unidos, não fica difícil associar a queda do governo Goulart à intervenção política dos norte-americanos. Durante os períodos de preparação e imediatamente posterior a efetivação do golpe foi intensa a atuação da embaixada norte-americana no combate político ao governo constitucional. O embaixador Lincoln Gordon era assíduo freqüentador do palácio presidencial. Sugeriu nomes para compor os ministérios, censurava as escolhas de "esquerdistas" para as assessorias do presidente, criticava abertamente projetos e iniciativas governamentais. Militares, governado-

res de Estado, deputados, empresários e dirigentes sindicais eram convidados permanentes do ativo embaixador. Entidades políticas e sindicais de direita que faziam oposição a Goulart foram generosamente contempladas com recursos financeiros do governo norte-americano. Tudo o que visava a minar o Poder Executivo federal era incentivado pelos Estados Unidos.

Thomas Mann, Secretário de Estado para Assuntos Internacionais dos Estados Unidos, declarou a respeito:

Quando assumi o cargo, até mesmo antes, estávamos conscientes de que o comunismo estava corroendo o governo do presidente Goulart, de uma forma rápida, e antes de chegar ao cargo já tínhamos uma política destinada a ajudar governadores de certos estados.

Tal política ficou conhecida com o significativo nome de “ajuda às ilhas de sanidade administrativa”. Consistiu na liberação de verbas da *Aliança para o Progresso*, sistema de “ajuda” econômica continental montado pelos Estados Unidos, apenas para aqueles estados cujos governadores eram hostis ao governo federal. Dessa forma foram beneficiados, entre outros, os estados da Guanabara, São Paulo e Minas Gerais. Não havia, pois, nenhuma coincidência no fato de seus governadores serem notórios e importantes “conspiradores civis” – respectivamente, Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Magalhães Pinto.

Documentos do Departamento de Estado norte-americano, recentemente revelados à opinião pública, evidenciam o grau de envolvimento dos Estados Unidos na preparação e execução do golpe de abril de 1964. Examinaremos aqui apenas o caso da chamada Operação *Brother Sam*. No dia 31 de março aprovou-se, numa reunião no Departamento de Estado, um plano militar norte-americano que consistia no envio às costas brasileiras de um porta-aviões de ataque pesado (o *Forrestal*), destróieres de apoio, petroleiros bélicos, navios de munições e navios de mantimentos; aviões transportando armas e munições (110 toneladas), aviões de caça, aviões tanques e um posto de comando-transportado deveriam se deslocar para o Rio de Janeiro.

O objetivo de toda essa aparatosa operação era fornecer apoio logístico, material e militar aos golpistas. Contrariando os próprios

prognósticos da CIA (Central de Inteligência dos Estados Unidos, criada depois da Segunda Guerra Mundial), que previa uma guerra civil prolongada, os “revolucionários de abril” não precisaram disparar praticamente um só tiro para derrubar o governo de Goulart. Dessa maneira, a sigilosa Operação *Brother Sam* pôde ser cancelada, antes mesmo de se efetivar. Esse fato permitiu ao solerte embaixador norte-americano proclamar com muita alegria, mas com idêntica solemnidade, que “a revolução de 1964 tinha sido um produto 100% brasileiro”. Três dias após o golpe, Carlos Lacerda ouviria de Lincoln Gordon a seguinte declaração:

Vocês fizeram uma coisa formidável! Essa revolução sem sangue e tão rápida! E com isso pouparam uma situação que seria profundamente triste, desagradável e de conseqüências imprevisíveis no futuro de nossas relações, vocês evitaram que tivéssemos que intervir no conflito.

O Estado militar se credenciaria como principal guardião do capital internacional e defensor da “restauração da economia” – cambaleante e anarquizada pelas constantes greves – por meio de um “programa de desenvolvimento” baseado na “livre iniciativa” e, como o principal inimigo era externo (mas encontrava-se infiltrado dentro do país), no duro combate contra a “ofensiva do comunismo internacional”. As Forças Armadas não estavam sozinhas: apre-



Castelo Branco, acompanhado por um dignitário da Igreja Católica, passando em revista as tropas.

sentando-se como defensoras da “paz social”, da “moral” e da “ordem”, os setores mais reacionários dos partidos e instituições brasileiras (incluía a Igreja Católica, que já tinha cumprido um papel decisivo no golpe militar argentino de 1955, assim como no boliviano de 1964) foram acionados em 1964 a fim de deter o processo de mobilização política.

Os dispositivos autoritários que passaram a reger a vida política no Brasil foram sistematizados no Ato Institucional número 1, de 9 de abril de 1964:

- eleição indireta do presidente da República;
- *quorum* de maioria absoluta para aprovação de emendas constitucionais enviadas pelo Executivo e prazo de trinta dias, no máximo, para sua votação;
- decurso de prazo para projetos de lei enviados pelo Executivo: trinta dias para votação, caso contrário eram considerados aprovados;
- exclusividade do Executivo para projetos de lei que criassem ou aumentassem a despesa pública;
- Poder concedido ao Executivo para decretar estado de sítio sem audiência prévia do Congresso, que seria ouvido apenas 48 horas após a decretação da medida;
- suspensão por seis meses das garantias constitucionais ou legais da vitaliciedade e estabilidade (atingindo, portanto, o funcionalismo e a magistratura);
- os três ministros militares – e posteriormente o presidente da República, eleito indiretamente pelo Congresso – poderiam cassar mandatos legislativos federais e suspender direitos políticos por dez anos, sem apelação judicial.

Se a conspiração civil-militar de 31 de março de 1964 significou o fim do governo constitucional de João Goulart, o Ato Institucional decretou a morte do regime baseado na Constituição de 1946, na harmonia e independência dos Poderes, na inviolabilidade do mandato parlamentar. O preâmbulo do ato já antecipava a morte do regime democrático quando afirmava:

Fica assim bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerentes a todas as revoluções, a sua legitimação.

Apenas 18 anos tinham passado desde que o Artigo Primeiro da Constituição de 18 de setembro de 1946 proclamara: “Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”.

Ainda em 1964, por meio do decreto-lei número 4341 de 13 de junho, foi criado o SNI (Serviço Nacional de Informação), com objetivo de levar adiante os “princípios” da Doutrina de Segurança Nacional, que apontava como primordial identificar e combater o “inimigo interno”. Qualquer informação incriminando um cidadão era suficiente para a apuração abusiva de sua privacidade, fato que tornava os membros da “comunidade de informações” figuras que detinham poderes absolutos sobre os indivíduos. Esses oficiais irão se identificar como grupo de pressão dentro do sistema militar-autoritário, formando o contingente dos “linhas-duras”, defensores de medidas extremas contra opositores.

A 27 de outubro de 1965 foi imposto o Ato Institucional número 2, que previa a ampliação dos poderes presidenciais e a atribuição de competência à Justiça Militar para julgar civis acusados de cometerem crimes contra a segurança nacional, assim como a extinção dos partidos políticos e a autorização para a organização de apenas dois partidos, a Arena (Aliança Renovadora Nacional, que seria o partido oficialista) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Em 5 de fevereiro de 1966, o governo militar fez baixar o Ato Institucional número 3. Visando a ampliar o caráter ditatorial do regime, foram adotadas as seguintes premissas: (a) eleições indiretas para governadores e vice-governadores de Estado nas assembleias legislativas, com maioria absoluta, em votação pública e nominal; (b) nomeação dos prefeitos das capitais pelos governadores.

ARGENTINA 1966

Em 28 de junho de 1966, foi com iguais ares de “refundação institucional” que o Exército Argentino, sob o comando de Juan Carlos Onganía, tomou o poder no país, derrubando o governo civil do partido radical (União Cívica Radical, ou UCR). O regime civil tinha sua origem na Assembleia Constituinte convocada pelo

governo militar de Aramburu, em 1957, depois de derrubar o governo de Perón em setembro de 1955. Os governos civis que se sucederam, desde aquele ano, padeceram de uma crônica instabilidade política devido à proscricção do partido majoritário (o Peronista, cujo líder se encontrava exilado na Espanha de Francisco Franco); à sistemática hostilidade do movimento operário; e aos sucessivos *planteos* (ultimatos) militares – os governos civis eram reféns das Forças Armadas. Sob outra legenda partidária, o peronismo tinha vencido, com o dirigente sindical Andrés Framini, as eleições para governador de Buenos Aires em 1962: a posse do eleito foi, entretanto, impedida por um golpe militar que quase descambou numa guerra civil entre frações do Exército (“azuis” versus “colorados”).

O peronismo não deixou de se interessar pelas possibilidades abertas pelo golpe militar de 1966: a direção sindical peronista assistiu à posse do general Onganía, enquanto o “líder”, Perón, aconselhava, da Espanha, a “*desensillar hasta que aclare*” (expressão argentina equivalente a “deixa como está para ver o que acontece”). A ditadura encarregou-se de dissipar toda ilusão. Começou por tirar a autonomia das universidades, reprimindo violentamente toda e qualquer oposição (em 7 de setembro de 1966 foi morto numa manifestação de rua em Córdoba o estudante Santiago Pampillón). A “depuração” da educação pública fez a Igreja penetrar em todos os setores do aparelho educacional.

O condutor da economia, Adalbert Krieger Vasena, era membro de uma poderosa família de industriais (os Vasena, de cuja fábrica metalúrgica tinha partido a greve geral de 1919), mas era também diretor de umas 15 filiais de empresas norte-americanas. O homem era uma síntese da trajetória da burguesia argentina, desenvolvida em relação cada vez mais estreita e subordinada ao capital ianque. Por meio da racionalização e da queda do salário real (menos 10% em 3 anos), Krieger Vasena acentuou o desemprego e a superexploração da mão-de-obra que já caracterizavam os governos anteriores: no período 1955-1969, a produtividade cresceu 100% e os salários reais caíram 30%. É com base nessa política que a indústria argentina cresceu nesse período 5,5% ao ano (contra 1,4% da agricultura), concentrando-se nos setores de metalurgia

básica, maquinarias e química (crescimento de 8,6% anual). Para levar adiante o projeto político dos militares, cogitavam-se formas corporativas, isto é, antidemocráticas, discutidas em cursos organizados pela hierarquia da Igreja Católica, nos quais se selecionava o pessoal político do regime.

A nacionalista, classe média amargamente desiludida com os rumos da “Revolução Argentina” (nome do golpe de Onganía), não só não compreendia o grau de associação da burguesia com o capital financeiro internacional, tampouco entendia a dimensão internacional do golpe de 1966. O projeto de penetração norte-americana na América Latina tinha exigido a deposição de vários governos civis para garantir a “calma” necessária ao andamento dos negócios e o combate à Revolução Cubana. Bolívia 1964 (Barrientos), Brasil 1964 (Castelo Branco) e Argentina 1966 (Onganía) eram elos de um processo comum, que por toda parte se auto-intitulava “revolução”.

Na Argentina, os resultados foram extraordinariamente decepcionantes do ponto de vista econômico. O montante dos investimentos estrangeiros (1967-69) não ultrapassou 26 milhões de dólares. Apesar disso, 59 das 100 maiores empresas eram estrangeiras (eram 50 em 1966, 14 em 1957). O país, dados os li-



General Perón no exílio espanhol em companhia de um partidário.

mites para o desenvolvimento industrial em um mercado capitalista (já experimentados pelo peronismo), tinha deixado de ser um terreno privilegiado aos investimentos diretos estrangeiros. O capital financeiro preferia apropriar-se dos capitais já existentes, lucrando com o atraso estrutural da indústria. No período de 1966-71, as remessas de lucros ao exterior atingiram 2,13 bilhões de dólares (compare-se com a cifra citada para os investimentos) enquanto a dívida externa chegou a 5,3 bilhões de dólares em 1971.

Até a oligarquia latifundiária teve atritos com a equipe de testas-de-ferro norte-americanos de Krieger Vasena, que queria aumentar-lhe os impostos. Em 1968, o governo gabava-se da “paz social” conseguida, enquanto os conchabos de arcebispos e tecnocratas do regime discutiam as mais delirantes fórmulas políticas para organizar a “Argentina do futuro”...

1968

Nos anos 1968-1969, no entanto, os governos militares entraram em profunda crise, devido à onda de mobilizações populares que percorreu toda a América Latina, desde o México (onde em 1968, ano dos jogos olímpicos, aconteceu o massacre de estudantes da Praça de Tlatelolco) até a Argentina e o Uruguai. Na verdade tratou-se do início de uma crise mundial, em que caberia mencionar o “maio francês”, a Primavera de Praga e, mais importante, o início da Ofensiva *Tet* por parte do Vietcong e do Vietnã do Norte contra a ocupação da Indochina pelo exército dos Estados Unidos, todos acontecimentos do ano de 1968.

Na Bolívia, o mesmo general (Alfredo Ovando Candia) que em 1967 tinha comandado a caçada e o assassinato do revolucionário de esquerda Ernesto “Che” Guevara, comandou em 1968 um “golpe dentro do golpe”, que destituiu o governo “gorila” (termo usado para designar os partidários dos Estados Unidos) de René Barrientos e pôs em prática uma política nacionalista, nacionalizando as instalações petrolíferas norte-americanas da International Petro-

leum Company (IPC). No mesmo ano, no Peru, o General Velasco Alvarado tomava o poder e anunciava a nacionalização das explorações petrolíferas de Talara (em mãos de companhias norte-americanas) e a reforma agrária, para a qual organizou um sistema de mobilização “por cima” da população, o Sinamos (Sistema Nacional de Mobilização Social), cuja direção confiou a um ex-esquerdista (ex-trotskista), Ismael Frias.

O processo se radicalizaria em 1969 na Bolívia, até provocar, em 1970, uma tentativa de contra-golpe militar, chefiada pelo general Miranda, que foi respondida por uma bem-sucedida greve geral, convocada pela COB (Central Operária Boliviana) e estruturada em torno dos poderosos sindicatos do complexo mineiro nacionalizado. A greve geral barrou o golpe direitista e culminou com a organização do “Comando Político” da COB, que convocou a uma Assembléia Popular. Esta realizaria as suas sessões em 1971: seu estatuto a definia como uma alternativa de poder operário e popular, nos moldes dos soviets da Revolução Russa de outubro de 1917, e caracterizou o início de uma situação revolucionária de “duplo poder”.

Antes disso, porém, o governo de Ovando Candia – preso entre a oposição direitista e a radicalização operária, estudantil e camponesa – perdeu toda base política de sustentação, sendo derrubado pelo general Juan José Torres, que tentou co-governar com a Assembléia Popular (chegou a lhe oferecer metade do gabinete de governo, o que a Assembléia, sob inspiração do POR – Partido Operário Revolucionário, trotskista –, recusou, exigindo maioria absoluta no governo, com ministros sob seu controle, e execução do programa da Assembléia).

Em junho de 1968 houve importantes manifestações estudantis contra a ditadura militar no Brasil, violentamente reprimidas. Isto levou a protestos populares contra a ação da polícia contra os manifestantes: o governo acabou por decidir-se em retirar os militares das ruas, e a *Passeata dos Cem Mil*, no Rio de Janeiro protagonizada principalmente por estudantes, pôde realizar-se “pacificamente”. Os acontecimentos do Primeiro de Maio de 1968, em que alguns setores organizados do movimento operá-

rio e estudantes ligados a grupos de esquerda expulsaram o governador de São Paulo e incendiaram o palanque instalado na Praça da Sé, as greves operárias em Osasco e Contagem e seus desdobramentos políticos refletiram um agravamento da crise.

Vários agrupamentos de oposição ao regime, atuando na clandestinidade, empreenderam ações armadas em diferentes cidades do país. Entre esses grupos, se notabilizaram a Ação Libertadora Nacional (ALN), comandada pelo ex-deputado e ex-membro da executiva do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Carlos Marighella; e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada pelo ex-capitão do Exército Carlos Lamarca. Um outro agrupamento organizou no início da década de 1970 um movimento guerrilheiro no sul do Pará. Na região do Araguaia, contando com um incipiente apoio da população local, algumas dezenas de guerrilheiros, vinculados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), organizaram o que o general Hugo Abreu, comandante das tropas enviadas para sufocar o movimento, classificou como “o mais importante movimento armado já ocorrido no Brasil rural”.

Durante o governo do General Garrastazu Médici (1969-1974) e, em menor intensidade, no governo Geisel (1974-1979), os agrupamentos identificados com a “luta armada” – no campo e na cidade – foram sendo perseguidos e eliminados, com enorme mobilização de tropas e do aparelho repressivo do Estado. No sul do Pará as forças repressivas mobilizaram um contingente militar envolvendo, aproximadamente, vinte mil soldados para debelarem a guerrilha dos militantes do PC do B. O resultado desta ofensiva foi o assassinato de pelo menos 61 militantes das forças guerrilheiras que atuavam no Araguaia. A repressão desencadeada contra os grupos armados acabou, entretanto, atingindo também um sem-número de pessoas que não estavam envolvidas, muitas das quais, além de presas de forma violenta e arbitrária, foram torturadas e assassinadas. Na luta contra as forças repressivas do Estado militarizado foram mortas mais de uma centena de pessoas e outras tantas são dadas como desaparecidas.

Ainda em 1968, depois de atacar e reprimir os movimentos grevistas de Contagem e Osasco, foi decretado o Ato Institucional número 5, que restringia ainda mais as liberdades políticas.



Protesto estudantil em São Paulo contra a morte de Edson Luís ocorrida durante confronto de estudantes com a polícia, 1968.

A 13 de dezembro de 1968, ao decretar esse Ato, o governo militar possibilitava ao presidente da República, entre outras coisas:

- decretar recesso do Congresso Nacional, das Assembléias e das Câmaras de vereadores;
- cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais e suspender os direitos políticos por dez anos;
- decretar intervenção nos estados, municípios e territórios;
- decretar o estado de sítio e prorrogá-lo;
- decretar o confisco de bens.

Simultaneamente, o presidente Costa e Silva impôs o Ato Complementar número 38, determinando ao Congresso um recesso por tempo indeterminado (o poder legislativo só seria novamente convocado para referendar a indicação do general Médici para o exercício da presidência da República, em outubro de 1969.) O pretexto utilizado para justificar a decretação do Ato Institucional



Passeata dos Cem Mil, nas ruas do Rio de Janeiro (26 de junho de 1968) contra a violência do regime militar.

número 5 e o fechamento do Congresso Nacional foi a negativa deste de autorizar o Executivo a processar o deputado opositor Márcio Moreira Alves, acusado do “grave delito” de ter feito um discurso ofensivo às Forças Armadas.

O BRASIL e os Estados Unidos

Documentos secretos da Presidência de Richard Nixon (1969-1974), liberados em abril de 2001 pelo governo dos Estados Unidos, revelaram detalhes do apoio da Casa Branca ao governo brasileiro durante o período mais brutal da ditadura militar. Eles incluem a correspondência pessoal entre Nixon e o ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-74), memorandos e transcrições de conversas telefônicas entre autoridades dos dois países. Os registros liberados fazem parte dos arquivos do Conselho de Segurança Nacional de Nixon.

Os documentos revelam que, em dezembro de 1968, o governo norte-americano viu o fechamento do Congresso e a suspensão dos direitos políticos no Brasil como uma “reação lógica” a “provoações” esquerdistas e um mal necessário para impedir que o Brasil se transformasse num “país socialista”. A relação entre Nixon e Médici começou de forma desconfiada, e avançou para uma colaboração estreita e freqüente, baseada no sentimento anticomunista de ambos: para ganhar a confiança e a intimidade de Médici, os Estados Unidos deram ao Brasil tratamento de potência emergente e a Médici, de líder influente no mundo.

Como contrapartida, Médici freqüentemente alertava Nixon sobre os movimentos “subversivos” na América Latina. Em 27 de abril de 1972, escreveu a Nixon para avisar-lhe que o governo socialista chileno de Salvador Allende estava treinando guerrilheiros com o objetivo de implantar na Bolívia um regime marxista:

O caos político ou a instalação de um regime marxista-leninista na Bolívia acarretariam conseqüências para toda a América do Sul, imensamente mais graves, perigosas e explosivas do que o problema cubano, dada a posição geoestratégica do país.

Allende seria derrubado, no ano seguinte, por um golpe militar organizado pelos Estados Unidos.

Num memorando sobre a situação brasileira, escrito a pedido de Henry Kissinger, então conselheiro de Nixon para assuntos de segurança nacional, o general Vernon Walters, o mesmo agente da CIA que fora adido militar dos Estados Unidos no Brasil durante o golpe militar de 1964, afirmava:

Em 1964, um governo hostil foi substituído por um governo amigável e cooperativo, apoiado pelos militares, mas no qual os ministros militares eram uma minoria [...] A oposição logo descobriu que o governo não era repressivo e, depois das eleições de 1966, procurou provocar o governo a tomar ações inconstitucionais. Neste mês ela [a oposição] teve sucesso e o governo fechou o Congresso e instituiu a censura. Os grupos que se opõem ao presente governo são fortemente hostis aos EUA. Os militares no Brasil são na verdade o único grupo no país com a força e a organização para combater a subversão que está sendo praticada em escala global [...] Não podemos nos permitir erros nessa região. Se o Brasil se perder, não será uma outra Cuba. Será uma outra China.



A Casa Branca apoiou o governo militar brasileiro no período mais brutal da ditadura: Médici visitando Nixon em 1971.

Alguns diplomatas e militares brasileiros viam os Estados Unidos como um obstáculo à ascensão do Brasil como uma potência emergente: dois conflitos poluíam a relação bilateral. Os Estados Unidos contestavam o limite marítimo de duzentas milhas imposto pelo governo brasileiro para delimitar a soberania do país (conflito que sobrevive até hoje para toda a América Latina). Brasília também criticava Washington por restringir as importações de café, na época o produto mais importante da pauta de exportações do Brasil.

Numa carta a Nixon, Kissinger explicou que, por causa do tamanho do Brasil, de seu ótimo desempenho econômico na época e da orientação anticomunista de seu governo, seria aconselhável dar-lhe tratamento preferencial.

Nixon também recebeu de Kissinger listas com os assuntos polêmicos: numa dessas listas consta a única referência à tortura e à

repressão no Brasil. Os norte-americanos desenvolveram uma resposta-padrão para um eventual questionamento da imprensa sobre o tema: "Trata-se de um assunto interno brasileiro".

ARGENTINA: O fracasso da ditadura de Onganía

Na Argentina, a decomposição da ditadura militar adquiriu formas fulminantes. A capitulação sindical perante o golpe de Onganía tinha provocado um sério retrocesso do movimento operário: em 1966, 1.912.836 jornadas de trabalho foram perdidas em conflitos sindicais; em 1967, 244.844; em 1968, 23.500. E, em 1967, Krieger Vasena suspendeu por dois anos as convenções coletivas de trabalho (as "datas-base"): o Estado fixaria autoritariamente a renda dos assalariados.

Em março de 1967, a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) rendeu-se ante a força militar e suspendeu uma greve geral de 48 horas. Frustradas suas expectativas, a burocracia dos sindicatos dividiu-se. A própria CGT cindiu-se, devido à conquista de posições por parte da facção do "peronismo combativo", que fundou, com o gráfico Raimundo Ongaro, a "CGT dos Argentinos", em 1968.

Os conflitos sindicais eram isolados, mas muito duros: portuários em greve em 1966, petroleiros de La Plata e de Buenos Aires em setembro 1968 (com greves de 67 e 40 dias respectivamente), metalúrgicos da Citróen em fevereiro 1969 (mais de 40 dias de greve). Uma nova geração operária combatia a antiga direção burocrática dos sindicatos, especialmente em Córdoba, cidade que seria o teatro da explosão social no ano seguinte.

A política econômica prejudicava sem compensação quase todas as classes sociais situadas abaixo da grande burguesia. Sob a calma aparente, o país virava um caldeirão. No interior, onde a crise social era mais grave, começaram as explosões em 1969, com as mobilizações estudantis de Corrientes, Rosario e Tucumã, resultando em vários estudantes mortos pela repressão policial. Córdoba vivia uma situação especial, devido à crise da sua indús-

tria de automóveis (60% da produção do país em 1960, apenas 20% em 1969). O governo jogava lenha na fogueira abolindo o chamado "sábado inglês" (44 horas trabalhadas, 48 pagas) e reduzindo os salários dos metalúrgicos. A concentração geográfica do operariado cordobês e sua união com o movimento estudantil foram amadurecendo a idéia de "sair todos juntos" em protesto.

Para permitir a participação na luta de toda a população, o dirigente eletricitário Agustín Tosco propôs na CGT de Córdoba a "greve ativa", a partir de 10 horas da manhã, com prévia concentração nos locais de trabalho. Em 29 de maio de 1969, os mecânicos (metalúrgicos das fábricas de automóveis) e eletricitistas, armados com projéteis fabricados por eles mesmos, "desceram" à cidade, onde os aguardavam os metalúrgicos e os estudantes. A polícia atirou nas colunas, provocando várias mortes. Os operários jogaram tudo o que tinham nas mãos, fazendo a polícia bater em retirada. Toda a população (incluindo comerciantes e funcionários) se solidarizou com os operários e estudantes. No início da tarde, a polícia abandonou a cidade. Limitou-se a garantir o palácio de governo, o comando de polícia e as prisões. No resto da cidade, o povo controlava cerca de 150 quarteirões. O operariado organizava a cidade: não houve saques, só ocupação das grandes empresas e destruição de certa documentação (relativa a dívidas imobiliárias da população de baixos recursos, por exemplo).

A jornada de 29 de maio de 1969 ficou conhecida como "cordobaço". Só no final da tarde o Exército conseguiu entrar novamente na cidade e retomar o seu controle, matando dezenas de manifestantes. No dia seguinte, o país inteiro parou na greve geral convocada pela CGT. Em um ano, a polícia de Córdoba havia reprimido elementos de todas as classes sociais da cidade: em 29 de maio, toda a cidade reprimiu a polícia. As greves bem-sucedidas dos metalúrgicos, do transporte e a vitória dos mecânicos contra a polícia em 14 de maio tinham amadurecido o episódio da jornada de 29 de maio. A esmagadora greve nacional de 30 de maio confirmou que toda a população tinha sido chamada para o combate político contra a ditadura. Abria-se uma situação revolucionária, que permaneceria latente durante os "anos de fogo", de 1969 a 1976.

Algum tempo depois do "cordobaço", o alto comando militar reuniu-se com o presidente, general Onganía. A resposta de Onganía à pergunta sobre o prazo que previa permanecer no governo (dez anos!) confirmaram que a cegueira política da equipe governante já beirava a insanidade mental. Em meados de 1970, o general Roberto Marcelo Levingston, em nome do Estado Maior das Forças Armadas, substituiu Juan Carlos Onganía.

Refletindo a influência militar nacionalista boliviano-peruana, o regime militar de Levingston tentou adotar uma orientação econômica nacionalista. Já desde 1968, o empresariado discutia uma mudança de orientação econômica. A CGE (Confederação Geral Econômica), central empresarial, afirmava que "os resultados obtidos com a inversão estrangeira foram decepcionantes" (a média era de apenas cinquenta milhões de dólares anuais de investimentos externos, apesar das facilidades concedidas). E reclamava uma nacionalização da economia com base na intervenção do Estado. A política do novo ministro da economia (o economista "desenvolvimentista" Aldo Ferrer) foi ao encontro dessas preocupações, com o favorecimento dos fornecedores nacionais nas compras para o Estado e da limitação aos estrangeiros no negócio petroleiro.

Mas a sua política foi pouco além disso e de certas medidas fiscais, sem dar nenhuma resposta ao fato de que as mobilizações populares punham em perigo a estabilidade do próprio Estado. Esse foi o pano de fundo do novo golpe de estado (março de 1971), que levou ao poder o general Alejandro Agustín Lanusse, um típico representante da oligarquia latifundiária. Já em novembro de 1970, o exilado Juan Perón tentava articular politicamente o empresariado e os partidos tradicionais por meio da coalizão "Hora dos Povos", baseada numa declaração também assinada pela UCR (União Cívica Radical), pelo PDP (Partido Democrata Progressista), pelo Partido Socialista, pelo MID (Movimento de Integração e Desenvolvimento, "desenvolvimentista") do ex-presidente Arturo Frondizi, e outros representantes civis, além, é claro, dos "justicelistas" (peronistas).

A proposta política de Lanusse, o “Grande Acordo Nacional”, ia ao encontro da iniciativa dos partidos políticos, delimitando um terreno comum a todas as frações empresariais.

A peça política chave da operação era o retorno ao poder do único partido político com influência no operariado (o Peronista). O processo nada teve de mudança brusca. Consistiu numa discussão no interior da classe dominante sobre o rumo a seguir diante da perda de posições perante o capital estrangeiro, e sobre os meios que o Estado devia usar para conter a classe operária, discussão que não excluiu a troca de insultos Perón-Lanusse, assim como lances dramático-mórbidos como a devolução a Perón do cadáver de “Evita”, sua lendária ex-esposa, falecida em 1952, cujo corpo embalsamado tinha sido seqüestrado e ocultado pelos militares durante o golpe de 1955.

Para levar adiante o seu projeto de retorno ao poder, Perón distribuiu sorrisos à esquerda e à direita, arquitetando uma coalizão (o Frejuli, ou *Frente Justicialista de Liberación Nacional*), que abarcava desde setores estreitamente ligados ao capital estrangeiro (o MID de Arturo Frondizi) até a guerrilha dos Montoneros, originária do nacionalismo católico, que já em 1970 tinha matado o general Pedro Eugênio Aramburu (presidente da “Revolução Libertadora”, que havia deposto Perón em 1955). A estratégia de Perón incluiu uma primeira dramática volta à Argentina, em novembro de 1972, ocasião em que a Juventude Peronista (JP) vinculada aos Montoneros mobilizou dezenas de milhares de jovens tentando furar o cerco militar-policial do aeroporto. O sentido da tática de Perón era o de canalizar a radicalização política surgida com o “cordobaço” com as organizações peronistas. Os trabalhadores impunham direções classistas nos sindicatos, mas Rodolfo Galimberti, líder da JP, declarava que eles nada valiam, porque era necessário construir o “Exército Peronista”, ou seja, uma força a favor de Perón, a guerrilha “montonera”.

Ao mesmo tempo, Perón pressionava a direção sindical, chegando a exigir-lhe publicamente que suspendesse o plano de luta salarial, em março de 1972. A burocracia sindical excluiu os “pe-

ronistas combativos” (como Ongaro e o líder dos trabalhadores telefônicos, Julio Guillán) e assinou um acordo “trégua” com a CGE dos empresários, em agosto de 1972. Tudo isto custou posições à burocracia sindical peronista. Mas a juventude estudantil de classe média tornava-se peronista, e aderiu à JP.

Paralelamente, outros grupos guerrilheiros surgiam: as FAL (Forças Armadas de Libertação, cisão do PCR maofista), FAP (Forças Armadas Peronistas, “peronistas de base”) e sobretudo o ERP (Exército Revolucionário do Povo, de origem trotskista, que rompeu com a IV Internacional em 1973). Este último declarou unilateralmente uma “guerra civil” ao Exército: suas espetaculares ações armadas ganharam certo apoio popular e, especialmente em Córdoba e Tucumã, ativistas operários se retiraram da luta nos sindicatos para engajar-se na “luta armada”. Em agosto 1972, os militares “vingaram-se” das suas baixas massacrando 16 quadros guerrilheiros dirigentes do ERP na prisão militar de Trelew, no sul argentino.

Depois do seu esforço para conter o operariado, é imaginável a desilusão da direção sindical peronista quando foi preterida nas candidaturas para as eleições nacionais, outorgadas pelos militares para março de 1973. Héctor Cámpora, um partidário “incondicional” de Perón sem personalidade própria, foi o candidato à presidência pelo Frejuli (Perón continuava impedido de se candidatar): a direção sindical pretendia pelo menos a vice-presidência, que foi outorgada ao “conservador popular” Vicente Solano Lima (que exibiu uma pistola na cintura nos comícios multitudinários do Frejuli, nos quais a juventude “montonera” era ampla maioria). Nas chapas peronistas, os dirigentes sindicais encontravam-se lado a lado com homens da JP que reivindicavam para si as mortes de Augusto Vandor, de José Alonso e de outros sindicalistas peronistas “vendidos”.

A 11 de março de 1973, o Frejuli venceu as eleições com quase 50% dos votos, mais de 6 milhões. Antes de Cámpora ser empossado (em 25 de maio desse ano), Perón começava a “normalização” das suas fileiras, destituindo Galimberti da condução da JP – por ter esse ousado falar em “milícias populares”. Assim começava o fechamento do processo de insurreições populares ini-

ciado pelo “cordobaço” e o caminho que levaria a um novo golpe militar, em 1976, que surpreenderia o mundo pela sua violência.

URUGUAI, Chile e Bolívia

Antes do novo golpe na Argentina, porém, Bolívia, Uruguai e, sobretudo, o Chile conheceriam um novo tipo de regime militar.

Em 1969, o general direitista chileno Viaux Marambio tinha tentado, sem sucesso, interromper o processo democrático que levaria, no ano seguinte, à vitória da coalizão de esquerda Unida de Popular (UP), organizada em torno dos partidos socialista e comunista e encabeçada pelo veterano dirigente socialista Salvador Allende. Em 1970, a posição “legalista” para com a vitória eleitoral da esquerda, ou seja, democrática, do chefe do exército chileno, general René Schneider, seria “premiada” com seu assassinato perpetrado por um comando organizado e financiado pela CIA, o que, além de um recado claro à UP, foi talvez a primeira ação da “internacional da morte”, que faria a lei nos anos seguintes na América do Sul.

Sob o governo da UP, a partir de 1970, menos por iniciativa governamental do que por iniciativa popular, o Chile conheceria um processo de mobilização sem precedentes na América Latina, com ocupações de terras e reforma agrária, nacionalização dos principais recursos naturais e econômicos (principalmente do complexo mineiro do cobre) e democratização de todas as esferas da vida pública, sobretudo do sistema escolar e universitário.

O compromisso de Allende e da UP, já selado desde a vitória eleitoral de 1970 por meio de um “pacto de garantias”, de não tocar os alicerces do Estado, principalmente as Forças Armadas, e de manter seu programa de reformas dentro dos limites do regime capitalista, não foi suficiente para conter uma direita que, também desde 1970, começou a se organizar para dar uma saída radicalmente reacionária à situação de crise e mobilização popular. O eixo dessa saída seria novamente a coluna vertebral do Estado: as Forças Armadas.

Sob o regime de Pinochet, o Chile conheceria a supressão de todas as liberdades democráticas, campos de concentração de prisioneiros, torturas em grande escala e assassinatos políticos em massa. Na ilustração: partidários da UP aprisionados pelas tropas militares, muitos seriam fuzilados.



Em agosto de 1971, o impasse político provocado na Bolívia por uma situação de “duplo poder”, com um governo militar encabeçado pelo general Juan José Torres e um poder real concretizado na Assembléia Popular, não tinha desfecho em meio a um agravamento da crise econômica e política. O beco sem saída da política boliviana foi aproveitado pelo exército que, no comando do general Hugo Banzer Suárez, deflagrou um golpe militar singularmente brutal, inclusive para as condições habituais da Bolívia, país que detém o recorde mundial indiscutido de golpes militares.

O governo de Banzer inaugurou uma era em que as Forças Armadas bolivianas ocuparam todo o espaço político e econômico. Com o declínio internacional dos preços do estanho e do restante das exportações tradicionais bolivianas, a economia desse país, assim como aconteceria com a de outros países latino-americanos, reciclar-se-ia na década de 1970 em torno do narcotráfico, que passou a ser crescentemente administrado pelos próprios militares donos do poder. Também o narcotráfico motivou uma

viagem secreta (e malsucedida), em 1976, do Secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, a La Paz para conter os ímpetos narcoexportadores de Alberto Natusch Bush e Luís García Meza, os sucessores de Hugo Banzer e militares aos quais os Estados Unidos agradeciam, no entanto, o empenho no combate contra o "comunismo": Kissinger ofereceu-lhes 46 milhões de dólares em créditos comerciais com privilégios para a Bolívia.

Com Hugo Banzer e seus sucessores abria-se uma nova etapa no militarismo latino-americano, uma trilha que seria em breve também percorrida pelos dois países mais "civilistas" do subcontinente: o Uruguai, cujas décadas de democracia constitucional seriam interrompidas, em julho de 1973, por um golpe militar (que conservaria no entanto, num primeiro momento, a titularidade civil do governo Bordaberry embora suprimindo o Parlamento, para depois, com Aparício Mendez, se apossar da totalidade do poder político. E sobretudo o Chile, que poucos meses depois, em setembro de 1973, conheceria, sob o regime de Augusto Pinochet, o chefe militar que jurara fidelidade a Allende poucas semanas antes, não só a supressão de todas as liberdades democráticas e instituições representativas, mas também os campos de concentração, as "caravanas da morte", as torturas em grande escala e de crueldade inédita, os assassinatos políticos em massa...

O novo espaço histórico do poder militar nas décadas de 1970 e 1980

As "novas" ditaduras militares surgidas na década de 1970, inclusive quando eram só a reformulação de ditaduras já existentes (como nos casos de Peru e Brasil), não se distinguiram apenas por um grau muito maior de brutalidade contra seus opositores do que as precedentes. Elas também correspondiam a uma situação histórica nova, tanto no plano interno como no plano internacional. No plano interno, eram a resposta a situações de caráter revolucionário, que tinham abalado os próprios alicerces do Estado, o que foi particularmente visível na emergência de situações ou organismos de "duplo poder" na Bolívia, Chile, Argentina e Uruguai. Diferentemente das ditaduras da década de 1960, que possuíam um caráter mais "preventivo" de um eventual contágio da Revolução Cubana, as ditaduras da década de 1970 possuíam um caráter evidentemente contra-revolucionário.

AMÉRICA LATINA e o armamentismo mundial

No plano internacional, elas coincidiram com um período mundial de incremento dos gastos armamentistas e de aumento da tensão internacional que marcou o período final da Guerra Fria quando, ao mesmo tempo em que se aprofundavam os acordos estratégicos internacionais e regionais EUA-URSS, comoções sociais e políticas sacudiam o mundo todo: derrota e fuga precipi-

tada norte-americana do Vietnã; emergência de “repúblicas socialistas” na África; agravamento das tensões no Oriente Médio; importantes greves e mobilizações na Europa, que culminariam na revolução portuguesa de abril de 1974.

O ciclo golpista latino-americano da década de 1970 marcou a passagem definitiva do “caudilhismo” militar (característico das ditaduras típicas da primeira metade do século XX, que assumiam o poder por meio de um líder e não como instituição) para o domínio *institucional* das Forças Armadas (por toda parte governavam as “juntas” militares). Os novos governos militares evitaram a todo custo a palavra “revolução”, que seus precedentes da década de 1960 haviam adotado.

Relatórios do Sipri (Instituto de Pesquisas para a Paz, de Estocolmo) informam que em 1980 os gastos militares no Terceiro Mundo, que superavam os 80 bilhões de dólares, já eram maiores que os das superpotências: em 1969, quando os Estados Unidos e a URSS consumiam aproximadamente 8,5% do seu PIB (conjunto) em gastos de defesa, o Egito consumia 13,3%, o Iraque, 10%, e Israel... 25,1%. A queda percentual dos gastos militares dos Estados Unidos e da Otan durante a década de 1970 não correspondia a uma tendência “pacifista”: tratou-se de uma racionalização do gasto, depois da derrota norte-americana no Vietnã, paralela a um intervencionismo político crescente dos Estados Unidos nas áreas chamadas de “interesse vital”. Foi nessa década que os Estados Unidos superaram a URSS como os maiores exportadores de armas para o Terceiro Mundo, ao mesmo tempo que alimentavam as sangrentas ditaduras militares de América Latina.

Entretanto, em 1969, Argentina e Brasil consumiam “só” 2,6% do seu PIB em gastos de defesa, enquanto esse percentual situava-se, para os Estados Unidos, em 8,6%; em 5,1% para a Grã-Bretanha; em 4,4% para a França. No ramo mais rendoso do comércio internacional (a compra e venda de armas), inclusive dentro do chamado Terceiro Mundo, os países latino-americanos não ocupavam um lugar destacado. Em 1980, a Argentina, o Chile, o Brasil e o Peru ocupavam um lugar relativamente modesto entre os 25 maiores importadores de armas do Terceiro Mundo, numa lista encabeçada pelo Irã e a Arábia Saudita. O baixo nível de gastos militares

latino-americanos fora explicado pelo fato de nosso continente ficar longe dos chamados “pontos quentes” do planeta: numa região afastada dos conflitos maiores ou crônicos (Oriente Médio, África, Sudeste asiático, Europa Central) não tinham por que ser particularmente significativos, num mundo em que, segundo dados de 1978 da Agência Americana pelo Desarmamento, as despesas militares se equivaliam, já em 1976, a 5,8% do PIB mundial, ou seja, ao total dos gastos mundiais em educação e ao dobro dos fundos consagrados à saúde pública.

Em inícios da década de 1980, a América Latina foi perdendo o “privilégio” mencionado, entrando em cheio, com o conflito Inglaterra-Argentina no Atlântico Sul (a guerra das Malvinas) e os conflitos da América Central, no cenário bélico mundial. Porém, em conjunto, os países latino-americanos totalizaram 1,2% do total aplicado em armamentos em todo o mundo, no ano de 1971, e 1,6% em 1980. Em 1957, os gastos militares totais da região não ultrapassavam 1,5 bilhão de dólares; em 1977, já atingiam quase 5 bilhões.

Os gastos militares na América do Sul se concentravam em poucos países. Em 1977, apenas três países – Argentina, Brasil e Chile – absorveram 76,2% dos gastos totais. Se tomarmos o período 1970-1977, observamos que os mesmos três países concentravam 73,1% dos gastos, se juntarmos a eles a Venezuela e o Peru, chegamos a 92,2% dos gastos militares regionais. Uma proporção crescente desses gastos estava representada pela *importação* de armamentos (em detrimento da produção armamentista nacional) – entre meados da década de 1960 e meados da década de 1970, essas importações cresceram na Argentina, Peru e Venezuela em 96,3%, 199%, e 673,5%, respectivamente.

Não era só a economia dos países centrais que revelava uma tendência à militarização, mas também a dos países do Terceiro Mundo. Outros dados indicavam que entre 1960 e 1978 o PIB dos países do Terceiro Mundo cresceu a um ritmo médio de 2,7% anual, enquanto que os gastos militares nesses mesmos países cresciam com um ritmo anual de 4,2%. O Sipri assinalou que a América Latina – especialmente o Brasil e a Argentina – tradicionalmente marginal na corrida armamentista mundial, encontra-

va-se na cabeça dessa tendência no Terceiro Mundo: em 1981, os gastos militares latino-americanos superavam os 60 bilhões de dólares.

MILITARIZAÇÃO da economia

No Peru, que em 1983 sofrera uma redução de 11 pontos no PIB e uma inflação de 125%, o governo adotou um programa armamentista de 4 bilhões de dólares. O governo peruano também originou um fortalecimento da dependência militar: as compras de armas (importações) aumentaram, na América Latina, 11% entre 1981 e 1983, enquanto seu crescimento econômico foi de apenas 0,2%. Para o Sipri, “as causas fundamentais do fortalecimento das Forças Armadas em todo o continente eram o acirramento dos conflitos de fronteira e a proliferação dos enfrentamentos internos”. Ou seja, conflitos como Peru-Ecuador, Chile-Peru ou, ainda, o conflito Argentina-Chile pelo canal de Beagle.

O incremento dos gastos militares chegou a se transformar em fator de crises econômicas: o economista argentino Aldo Ferrer observou, em 1981, que os gastos militares do orçamento nacional coincidiam exatamente com o déficit do balanço de pagamentos (7,5 bilhões de dólares). Os objetivos desses gastos eram a chamada “contra-insurgência” e o combate aos eventuais conflitos regionais, isto é, situações que tendiam a pôr as Forças Armadas no primeiro plano da cena política. A expansão dos gastos militares latino-americanos foi também parte da corrida armamentista mundial: os pesquisadores Varas e Portales observaram que, no novo espaço político que se abriu desde o final dos anos 1960, desenvolveu-se uma competição crescente entre os países industriais por ganhar mercados para a sua produção de armamentos sofisticados.

Na América do Sul isso determinou o fim do predomínio norte-americano na transferência de armas para a região, com a conseqüente diversificação dos fornecedores. Assim, entre 1970 e 1976, os quatro maiores fornecedores para a América do Sul foram os Estados Unidos (29%), o Reino Unido (24%), a França



Na década de 1970 houve um aumento sem precedentes dos gastos militares na América Latina. Policiamento ostensivo, carros blindados e outras armas pesadas ganhavam as ruas de grandes cidades brasileiras para intimidar opositores do regime e reprimir manifestantes.

(19%) e a Alemanha Federal (12%). Além disso, dos seis países que mais receberam armas durante esse mesmo período, os Estados Unidos foram o principal fornecedor de apenas dois: Brasil (33%) e Peru (25%). O Reino Unido foi o maior fornecedor da Argentina (28%) e do Chile (47%), enquanto a França foi da Venezuela (35%) e a Alemanha do Equador (29%).

A hegemonia política dos Estados Unidos, porém, continuou sendo incontestável. A submissão política do exército argentino, por exemplo, à política hemisférica norte-americana era histórica e condicionou as opções militares, inclusive no que diz respeito à produção de armas (um aspecto do qual o Exército Argentino sempre se vangloriou, qualificando-o de “fator de soberania nacional”). Segundo Edward S. Milenky, *expert* do Departamento de Energia dos Estados Unidos, por volta de 1960, a Dinfia (Direção Nacional da Fabricação Aeronáutica Argentina) cancelou o

desenvolvimento de quase todos os seus aviões de combate aéreo e concentrou-se na fabricação dos aviões de transporte leve e de contra-insurgência.

O governo do general Lanusse forneceu ajuda ao presidente uruguaio Bordaberry contra os guerrilheiros Tupamaros, em 1972; Perón embarcou gás lacrimogêneo e armas pequenas para o governo de Pinochet do Chile, em 1974. Historicamente, o esforço bélico argentino esteve destinado à preparação da luta contra o “inimigo interno”, sendo inútil para sustentar uma guerra em defesa das fronteiras nacionais. O desenvolvimento do “militarismo dependente” anulou os exércitos latino-americanos como fatores de defesa nacional, como consequência de sua progressiva estruturação como instrumento de opressão nacional.

CHILE: de Allende a Pinochet

No Chile, durante a primavera de 1972, as mobilizações populares tornaram-se obstáculos aos avanços da direita. No final de outubro, no entanto, o governo da UP constituiu um gabinete com participação militar nas pastas de Interior, Minas e Transporte. Pretendia-se esvaziar as organizações populares independentes, devolver aos proprietários as empresas ocupadas e desnacionalizar 43 outras empresas já sob controle do Estado. Em suma, a UP pretendia caminhar sobre uma espécie de linha intermediária entre a conspiração das classes proprietárias e a radicalização popular.

Ainda assim, as mobilizações operárias continuaram tentando impulsionar as transformações revolucionárias, como se verificou nas resoluções aprovadas na reunião dos Cordões Industriais, dos Comandos Comuns e da Coordenação Nacional da Construção – embriões de organismos independentes de poder operário e popular – realizada em fevereiro de 1973 e também na votação de 44% recebida pela UP, em março daquele ano (maior do que a recebida por Allende nas eleições presidenciais de 1970).

Durante o período compreendido entre abril e setembro de 1973, quando a burguesia chilena retomou as iniciativas contra-



Salvador Allende: presidente socialista deposto pelo golpe militar de Pinochet. Morreu acado no Palácio de la Moneda em setembro de 1973.



General Augusto Pinochet: responsável por uma das ditaduras mais repressoras e brutais da América Latina.

revolucionárias, as ações populares mantiveram um relativo grau de combatividade. Em junho, quando ocorreu a tentativa do golpe que ficou conhecida como “Tancaço”, cerca de 200 mil trabalhadores saíram às ruas apoiando Allende e pedindo o fechamento do Congresso, contra os golpistas e a direita. Além disso, centenas de fábricas foram ocupadas e os organismos de poder popular reativados.

A partir de então o empresariado empenhou-se com todas as forças para reinstalar o caos econômico e social, deflagrando a greve patronal, perpetrando todo tipo de sabotagens e também ações militares como invasões de fábricas e de bairros operários, sob pretexto de “controlar armas”. Enquanto setores expressivos do movimento popular reagem ao clima de possível golpe, denun-

ciando as articulações da cúpula militar e sustentando a mobilização, os chefes políticos da UP nada faziam de concreto para preparar um enfrentamento com a direita. Pelo contrário, eles insistiam, obstinadamente, em promover um acordo com a direita e implantar um novo plano econômico de caráter extremamente vago, que não respondia às exigências do momento.

Mais grave ainda é que Allende não propunha nenhuma orientação de confronto com o Congresso conservador, sujeitando-se a fazer cada vez mais concessões à Democracia Cristã, argumentando que a guerra civil deveria ser evitada, guerra que há tempos já fora deflagrada contra os trabalhadores sob os olhares passivos do governo. Nesse contexto final de deterioração do quadro político e institucional e de aguçamento das lutas de classes, as diferenciações políticas já latentes no interior de UP surgiram com certa nitidez.

No âmbito do Partido Socialista se configurou uma ala esquerda, liderada por Carlos Altamirano, que tentou estabelecer uma ligação efetiva com as bases operárias, defendendo uma postura mais combativa do governo. Este grupo avançou na formulação de uma tática que levasse o movimento operário para a ofensiva, cogitando as idéias do Tribunal do Povo e de uma institucionalidade popular, esta a ser buscada pela promoção de um referendo. Tal atitude não se desdobrou numa prática que desse ao operariado o instrumental de luta para o enfrentamento com a reação. Era também tributária da crença de que qualquer solução para o impasse residia no reforço do executivo, e não numa ruptura com o Estado que tivesse como referencial os mecanismos de poder operário e popular autônomo.

Dessa forma, os lances finais promovidos pela burguesia em agosto-setembro removeram os últimos obstáculos para a efetivação do golpe militar. O empenho voluntarioso, a garra e a dedicação de parcelas expressivas de lideranças e militantes do movimento operário, assim como a disposição das massas em avançar na luta pelo socialismo não encontravam referenciais nos partidos da UP, que seguiam um curso estratégico legalista. As últimas tentativas esboçadas pelos trabalhadores para resistir à ofensiva burguesa, em fins de agosto e início de setembro de 1973, foram

insuficientes e infrutíferas para barrar o golpe militar, que aconteceu a 11 de setembro de 1973, quando a última resistência de Allende no Palácio de la Moneda o viu morrer combatendo contra aqueles com os quais tinha tentado conciliar e demonstrando que só era possível defender a democracia com as armas na mão.

O golpe de Pinochet se distinguiu por uma selvageria que, de saída, não perdoou sequer representantes internacionalmente reconhecidos da cultura chilena, como o *cantautor* Victor Jara, morto sob tortura, e por uma repressão de extrema violência, da qual as arquibancadas do Estádio Nacional de Santiago de Chile cheias de detidos políticos, muitos dos quais seriam fuzilados, ficaram como um símbolo mundial.



Violência militar no Chile: pessoas detidas entram no Estádio Nacional. Serão futuramente torturadas, mortas e "desaparecidas".

BRASIL: a crise da ditadura

No Brasil, no mesmo período, começou a crise do regime militar. Foi um dos principais personagens do regime militar brasileiro, o general Golbery Couto e Silva, quem questionou a idéia de "segurança absoluta" que levaria em última análise, segundo ele, à debilitação da segurança nacional pretendida. As políticas derivadas dessa análise constituíam uma derradeira busca de legitimação do Estado militar. Tentava-se negociar e incorporar algumas das principais exigências da oposição tolerada, num esforço de ampliação da base de sustentação do Estado. Simultaneamente, garantia-se o controle da sociedade pela aplicação seletiva da repressão.

Na disputa eleitoral de 1974, a ditadura foi derrotada, muito embora antes das eleições a expectativa geral fosse de uma vitória do partido do governo. Os arenistas esperavam que a oposição vencesse as eleições para o Senado em apenas três estados, mais precisamente em São Paulo, no Rio Grande do Sul e na Guanabara. Perpetuando o controle absoluto dos governos estaduais, o governo federal não deixaria de ter maioria parlamentar no Congresso Nacional, o que possibilitava aprovar legalmente a legislação necessária ao processo de institucionalização do regime autoritário instalado de forma golpista em 1964. Dois fatores animavam os golpistas – um político, outro econômico: a fulminante derrota da oposição, agrupada no MDB, nas eleições de 1970, e o crescimento da economia.

O principal ministro do governo militar naquele momento, Delfim Netto, usava como ingrediente do crescimento do “bolo econômico” – uma monumental concentração de renda – a falsificação dos índices de reajuste dos salários da classe operária.

O ano de 1974 assistiu à retomada do processo de crescimento da inflação, parcialmente controlada até então. Mesmo assim, o partido governamental, a Arena, apostava numa emblemática vitória sobre a oposição nas eleições legislativas marcadas para aquele ano. O otimismo dos estrategistas arenistas era justificado pelos altos índices de crescimento econômico, graças aos quais o governo julgava poder vencer as eleições legislativas. O MDB, oposicionista, teve, no entanto, acesso à televisão e ao rádio e pôde promover debates durante todo o período de campanha.

Muitos políticos do MDB acreditavam que a oposição não teria condições de êxito nas urnas. Esse sentimento começou a mudar no Rio Grande do Sul, onde o candidato do MDB, Paulo Brosard, sustentou acalorados debates com o candidato da Arena, Nestor Jost. No início de agosto, ambos haviam concordado com um debate pela televisão. Seria a primeira experiência do gênero desde o Ato Institucional número 5, em 1968. O intenso interesse despertado por esse debate e as repercussões políticas que teve estimularam outros candidatos do MDB a assumir uma posição mais agressiva e a valer-se dos meios de comunicação. A população reagiu com entusiasmo e a campanha do MDB ganhou uma

multidão de voluntários. Nesse clima de liberalização, a oposição realizou reuniões e comícios. “Durante a legislatura, não tenho instrumentos para chegar ao povo”, disse o então senador Marcos Freire (MDB): “Agora, na época eleitoral, eu posso falar aos grandes auditórios”. O MDB aprendia a lutar contra a sua própria descrença...

O MDB concentrou-se nas questões da repressão, da injustiça social e da iniquidade do modelo econômico. Candidatos da oposição manifestaram-se pelo rádio e pela televisão sobre assuntos até então proibidos – como a Lei de Segurança Nacional, a repressão, a necessidade de revogar o AI-5 (Ato Institucional nº 5) e a legislação de controle salarial. Denunciaram a compra de terras por empresas multinacionais e questionaram a crescente desnacionalização da economia brasileira. Duas idéias dominaram a campanha de 1974: a primeira expressava-se no *slogan* de campanha do partido: “Enquanto houver um homem vivo, haverá esperança”; a segunda era o desejo de ir adiante e progressivamente pressionar por reformas, numa estratégia que a oposição definia como “ocupação de todo o espaço político disponível”. O silêncio e o isolamento haviam começado a se romper.

Os resultados das eleições de 1974 constituíram clara vitória do partido de oposição. A maior conquista do MDB deu-se no Senado, que recebeu 4 milhões de votos a mais que a Arena. Pela primeira vez desde a criação dos dois partidos, o MDB ficava com a



Em 1974, a inflação deu um grande salto e desestabilizou o regime. Na charge de Chico Caruso o ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen e o país “passando mal”.

maior percentagem em eleições para o Senado. A oposição teve sua representação no Congresso Nacional significativamente aumentada. Em 1970, o partido obtivera 87 cadeiras na Câmara dos Deputados, contra 233 da Arena. Em 1974, conquistou 161 cadeiras, e a maioria da Arena desceu para 203 cadeiras (o número total de deputados havia crescido).

No ano seguinte, 1975, o sindicato metalúrgico de São Bernardo do Campo convocou o I Congresso Metalúrgico: estava aberta a via do caminho que levaria às greves no ABC paulista em 1978-79 e à criação, logo depois, do Partido dos Trabalhadores (PT), principal fator complicador para "abertura gradual" pretendida pelos militares desde Ernesto Geisel. Nas eleições da segunda metade da década de 1970, a crescente posição em favor do "voto nulo", contra o "voto útil" no MDB, expressou a procura de uma saída fora dos marcos do regime e do sistema bipartidário originado no seu ventre. No mesmo ano de 1975, porém, era assassinado nas dependências do DOI-CODI o jornalista Vladimir Herzog, detido sem nenhum tipo de acusação – a ditadura e seus aparelhos estavam em pé. Mais de vinte mil pessoas protestaram contra o fato na Praça da Sé. Mas esse não seria o último assassinato da ditadura: no ano seguinte foram assassinados o metalúrgico Manoel Fiel Filho, e na "chacina da Lapa" (cilada contra o Comitê Central do PC do B) seriam assassinados os dirigentes comunistas Pomar, Arroyo e Drumond.

PERONISMO, revolução e golpismo

Na Argentina, o terceiro governo peronista (1973-1976) foi de crise permanente. Num minigolpe de Estado, Perón substituiu Cámpora na presidência em julho de 1973. O velho "líder" já estava muito doente, falecendo em junho do ano seguinte. Em outubro de 1973, tinha começado a agir o esquadrão da morte Aliança Anticomunista Argentina (AAA) criado pelo ministro do bem-estar social, o astrólogo amador e fascista profissional José Lopez Rega, o "Bruxo", secretário pessoal de Perón. No início de 1974, Perón deu seu aval ao golpe policial que derrubou o gover-

no da esquerda peronista de Córdoba (encabeçado por Ricardo Obregón Cano e pelo sindicalista Atilio López, assassinado tempos depois pela AAA).

Depois da morte de Perón, sua mulher "Isabel" (Maria Estela Martínez) assumiu a presidência, com ela a ultradireita peronista passou a dominar o governo. Em novembro de 1974 foi declarado o estado de sítio: a JP-Montoneros passou para a clandestinidade, o ERP já havia decidido continuar sua guerra contra o Exército desde 1973, quando ocupou um quartel em Buenos Aires, provocando a militarização da região. Os sindicatos classistas ou combativos foram postos sob intervenção estatal. Entretanto, em novembro de 1974, o governo concedeu aumentos salariais ao mesmo tempo em que Isabel tentava revigorar a demagogia nacionalista, "argentinizando", pagamento mediante, a ITT, a Siemens e os postos de gasolina (só 20% eram privados e só cem estrangeiros). O humor popular batizou isto de "nacionalização das mangueiras". A dívida externa subiu até dez bilhões de dólares (um terço do PIB).

Em março de 1975, foi lançado um golpe contra os metalúrgicos de Villa Constitución: seu sindicato foi posto sob intervenção, seus dirigentes presos e a região tomada por militares. A resposta foi uma formidável greve de dois meses, com ocupação de fábricas, bairros e sindicato. Mediante a repressão e o isolamento a greve foi derrotada, mas o governo saiu muito fragilizado.

Finda a atividade política de Perón, já morto, e diante da pressão operária, fez-se necessário reinstaurar uma das modalidades em que se alimentava e expressava o poder daquele: a negociação salarial. Mil e quatrocentas "comissões paritárias" (compostas por sindicatos e empresas) reuniram-se. O ministro da economia, Gómez Morales, tentou fixar um teto de 15% para os aumentos. A cúpula da CGT ameaçou então com a renúncia. Em 9 de junho o novo ministro da economia, Celestino Rodrigo, proibiu aumentos maiores que 30%, ameaçando suspender as "paritárias".

Iniciou-se então uma onda de greves e, em 19 de junho, as paritárias fecharam acordos para aumentos de 90% a 130%, que afundavam o plano econômico. No dia 26 de junho, Isabel anulou as paritárias, decretando aumento uniforme de 45%. No dia seguinte, explodiu uma greve geral nacional, encampada dias depois pela CGT. No dia 9 de julho as decisões das "paritárias" fo-

ram confirmadas e Rodrigo caiu – Lopez Rega o seguiria pouco depois. O governo peronista estava mortalmente ferido. O novo ministro da economia, Antonio Cafiero, e a CGT assinaram uma “trégua social” de 180 dias, sepultada em questão de horas pelas greves. Ítalo Luder, presidente do Senado, assumiu provisoriamente a presidência. Quando Isabel voltou a exercer o cargo, em dezembro de 1975, a Aviação (chefiada por Orlando Cappellini) tentou um golpe de Estado, quase deflagrando outra greve geral e provocando seu recuo apressado.

Isabel deu então a ordem de “aniquilar a subversão”, na qual se apoiariam os militares para justificar o massacre popular cometido posteriormente. O ERP (com apoio dos Montoneros) tentou uma ação suicida contra os quartéis de Monte Chingolo, com o saldo de centenas de guerrilheiros e populares mortos e o Exército ganhando terreno político. A AAA fora desativada, mas o Exército já testava seus próprios esquadrões (o “Comando Libertadores da América”, que realizou suas primeiras operações no



Com o golpe de 1976, uma junta militar assumiu o governo argentino. Era o chamado “trio da morte”: o almirante Massera, o general Videla e o brigadeiro Agosti (chefes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, respectivamente).

início de 1976). A burguesia tinha abandonado o governo, esvaziando a CGE (Confederação Geral Econômica) e criando, com uma nova central sob hegemonia dos bancos (Apege), um novo agrupamento político das classes dominantes, que constituiria a base social do futuro golpe militar. Ricardo Balbín, dirigente da UCR, lhe forneceu a ideologia, afirmando que “era preciso acabar com a guerrilha fabril”. O alto comando militar vinculado a Lopez Rega já tinha sido varrido – no seu lugar assumiram Videla-Agosti-Massera, chefes do Exército, da Aviação e da Marinha, o “trio da morte”.

A burocracia sindical apelou então ao último recurso: o secretário-geral da CGT, Casildo Herreras, saiu do país. Os sindicatos foram esvaziados. Em março de 1976, a luta contra o novo plano econômico (do novo ministro Mondelli) foi organizada pelas “coordenadoras regionais”, organismos criados a partir das organizações de fábrica. Mas essas organizações careciam de estrutura nacional, não conseguindo, assim, evitar o golpe militar de 24 de março de 1976, que levou o general Videla, chefe da “Junta de Reorganização Nacional”, à presidência. Ninguém saiu às ruas em defesa do governo peronista.

Com o golpe militar na Argentina, todo o Cone Sul e parte do resto do subcontinente estava controlado por ditaduras militares: Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia, Peru, Brasil, Paraguai, Equador. A segunda metade da década de 1970 seria a etapa mais sombria da história da América do Sul.

O mercado comum do terror

Durante os longos anos em que perduraram as ditaduras militares, a forma principal do mecanismo de dominação política foi a união pessoal dos representantes do grande empresariado com a camada superior da burocracia estatal, com a cúpula das Forças Armadas e com as sucessivas “equipes técnicas governamentais”. É preciso considerar, com Norberto Lechner, estudioso dos regimes militares no Cone Sul, que o “discurso técnico neutro do autoritarismo não é tanto um encobrimento do poder, como sua expressão”. Nessa modalidade de exercício de poder,

a política se expressa em categorias econômicas e, por conseguinte, nos custa descobri-la enquanto política. Este peculiar processo pode ser considerado como um retorno à economia política liberal, eixo fundamental da resposta neoconservadora.

A ofensiva neoconservadora não apontava para a substituição de

uma autoridade política por outra autoridade política, mas tendia a substituir o poder político por um poder social. Pretendia, concretamente, transferir a determinação para a ordem do mercado. Esta transferência passava por um redimensionamento do espaço público.

No capítulo anterior, vimos como as ditaduras militares foram produto de processos *políticos*, específicos para cada país, em que as direções democráticas e dos trabalhadores foram pos-

tas à prova na sua capacidade de defender a democracia (exame no qual foram reprovadas). Por outro lado, o componente decisivo da instauração das ditaduras foi o *terror*. A expressão “terrorismo de Estado”, cunhada posteriormente, define com alguma precisão, mas com uma ambigüidade fundamental, a natureza das “ditaduras institucionais das Forças Armadas” – elas foram, antes de mais nada, *regimes terroristas*.

O CHILE de Pinochet

No Chile, nas primeiras semanas depois do golpe de Pinochet, a tristemente célebre “caravana da morte” – detenção sistemática de ativistas políticos destinados aos campos de concentração e ao assassinato – impôs torturas indescritíveis e covardes a inúmeros opositores. Sob o regime de Pinochet surgiria a figura do “desaparecido político”, o preso não-reconhecido submetido a torturas piores que as da Inquisição, e posteriormente assassinado na clandestinidade.

O regime golpista perseguiu seus opositores até no exterior, como no caso do assassinato em Buenos Aires do “legalista” general Prats e sua esposa ou, no caso extremo, o assassinato do ex-ministro de Allende, Orlando Letelier e de sua secretária norte-americana, Ronnie Moffit, em setembro de 1976, em plena capital dos Estados Unidos, pelo agente da DINA (polícia política do regime pinochetista) Manuel Contreras. Esse fato chegou a escandalizar o próprio regime norte-americano, que começava a ver seus filhos adotivos cometendo desmandos em sua própria casa.

O governo dos Estados Unidos, como ele próprio teve de reconhecer posteriormente, foi o grande articulador do golpe chileno, ao qual forneceu apoio logístico, político, financeiro e militar. A conspiração pinochetista foi orquestrada na própria embaixada norte-americana, que pouco se importou com a segurança dos próprios cidadãos norte-americanos apanhados pela fúria homicida dos militares chilenos (o que inspirou um celebrado filme norte-americano, *Missing*, interpretado por Jack Lemmon, que daria repercussão mundial à questão dos desaparecidos políticos).



O regime de Pinochet perseguiu, torturou e assassinou covardemente inúmeros opositores, além de levar o país ao retrocesso social e cultural em todas as esferas. Na foto: militares queimam livros “perigosos”.

Vários jornalistas e advogados pediram que o ex-secretário de Estado, Henry Kissinger, fosse julgado por crimes internacionais, como o assassinato do comandante em chefe do Estado Maior chileno René Schneider, em 1970. Christopher Hitchens, autor de uma investigação a respeito, ofereceu as bases de um caso legal contra o ex-assessor de Richard Nixon: “Henry Kissinger aprovou a internacionalização do princípio dos esquadrões da morte”. A própria CIA reconheceu em um informe ao Congresso que, sob diretivas de Kissinger e Nixon, a agência trabalhava com três grupos golpistas cujo objetivo era evitar a chegada ao poder de Salvador Allende. A CIA entregou gás lacrimogêneo, submetralhadoras e munição ao grupo que matou Schneider e reconheceu também ter-lhe entregue 35 mil dólares. Alfred Rubin, professor da Universidade Tufts, afirmou que “se qualquer país da Europa quisesse extraditar Kissinger poderia apresentar a demanda”. Kissinger afirmou que suas ações na década de 1970 devem ser entendidas em seu contexto histórico e que

a violação dos direitos humanos não era um tema internacional como agora; mas também estávamos convencidos de que Allende estava levando o país para o comunismo.

O apoio norte-americano não se limitou ao golpe. A política econômica posta em prática por Pinochet foi inspirada e supervi-

sionada pela equipe do economista “liberal” Milton Friedman, da Universidade de Chicago, e generosamente apoiada e encorajada pelos organismos financeiros internacionais comandados pelos Estados Unidos. Em uma antecipação do “neoliberalismo” da década de 1980, a “economia de livre repressão”, na expressão de André Gunder Frank, não somente arrasou todas as nacionalizações e conquistas sociais atingidas sob o governo de Allende, mas também privatizou setores que pertenciam à esfera pública desde a própria constituição do moderno Estado chileno, principalmente a educação, fundamental e universitária, e a saúde.

Milton Friedman declarou que Pinochet “apoiou uma economia de mercado livre por convicção. Chile é um milagre econômico” (*Newsweek*, janeiro 1982). Pinochet e os *Chicago boys* (economistas de Chicago) afirmaram que o que tinha limitado o crescimento no Chile até então era a intervenção do governo na economia – que reduziria a concorrência, aumentaria os salários de maneira artificial e produziria a inflação. A meta, declarou Pinochet, era fazer do Chile “uma nação de capitalistas”.

Os resultados concretos foram muito menores que o suposto milagre alardeado por Friedman e outros “libertários”. O PIB anual aumentou 1,5% entre 1974 e 1980, uma percentagem menor que os 2,3% ao ano dos anos 1960. O crescimento médio do PIB foi mais baixo do que a média da América Latina, de 4,3%. Entre 1970 e 1980 o PIB *per capita* aumentou 8% no Chile; na América Latina essa percentagem foi de 40%. No final de 1986 o PIB *per capita* era o equivalente ao de 1970.

O regime de Pinochet reduziu a inflação de 500% ao ano, em 1973, para 10% em 1982. De 1983 a 1987, a taxa oscilou entre 20% e 31%. O governo reduziu os entraves para a importação, alegando que “as cotas e as tarifas protegiam indústrias ineficazes e garantiam que os preços se mantivessem artificialmente altos”. O resultado foi que muitas companhias da região perderam a batalha contra as corporações multinacionais. A comunidade comercial chilena, que entusiasticamente apoiara o golpe de 1973, foi negativamente afetada.

Mas quem mais sofreu foi a classe operária, sobretudo urbana. Em 1976, terceiro ano do regime, os salários reais estavam

35% abaixo de seu nível de 1970. Somente em 1981 aumentariam até 97,3% do nível de 1970, para cair até 86,7% em 1983. O desemprego, excluindo os trabalhadores que participavam nas frentes de trabalho estatal, era de 14,8% em 1976, caindo para 11,8% em 1980, o dobro da média dos anos 1960, para chegar a 20,3% em 1982. Incluindo os inscritos nos programas de trabalho do governo, o desemprego atingia um terço da força de trabalho em meados de 1983. Em 1986, o consumo *per capita* era 11% menor que em 1970.

O declínio da indústria doméstica eliminou milhares de postos de trabalho. A repressão quase eliminou as greves. A capital, Santiago do Chile, se transformou em uma das cidades mais poluídas do mundo. Outra consequência da política “monetarista” de Pinochet foi a concentração da demanda: a redução do mercado interno levou a produzir-se mais bens de exportação e menos para o consumo interno. Isso criou outro obstáculo para o crescimento econômico e aumentou a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria. O número de pobres durante o regime de Allende era de um milhão; em 1992, era de 7 milhões. Entre 1974 e 1979 o PIB *per capita* caiu 6,4%, o consumo diminuiu 13% entre 1972 e 1987. A porcentagem da população abaixo do nível de pobreza elevou-se de 20% até 44,4%, entre 1970 e 1987. O gasto em saúde *per capita* foi reduzido pela metade entre 1973 e 1985, produzindo grande aumento de enfermidades vinculadas à pobreza (tifo, diabetes, hepatite viral).

Os que, depois disso, ainda falam em “modernização” e “milagre econômico” chileno, referem-se a uma noção puramente estatística, que não leva em conta o empobrecimento da maioria da população chilena, o exílio forçado, quando não a morte, de seus melhores representantes científicos e culturais (que tinham feito do Chile um orgulho continental e, na década de 1960 e 1970, um local privilegiado de exílio dos perseguidos de outras ditaduras militares do continente, incluído o futuro presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso), nem o retrocesso social e cultural do país em todas as esferas, que perdura até hoje.

Na Argentina, o “Processo de Reorganização Nacional” (ou, simplesmente, “Processo”), posto em marcha pelos militares em 1976, consistiu, em primeiro lugar, na eliminação de uma parte da população. As estimativas mais modestas situaram em dez mil o número de pessoas assassinadas. Mais de um milhão de argentinos optaram pelo exílio, fugindo das diversas repressões e da miséria. O Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS) calculou, no início da década de 1980, em 2,5 milhões os argentinos vivendo no exterior (10% da população de 1976). O “Processo de Reorganização Nacional” autojustificou-se na eliminação da “corrupção” (peronista) e da “subversão” (resistência armada). O conceito da última foi ampliado até atingir toda atividade social ou pessoal: expor opiniões, reivindicar, escrever, falar, ler, *pensar*. Semelhante noção não pôde se apoiar em nenhum “direito” – inventou-se então uma “guerra (nacional) anti-subversiva”. A consequência dessa falta de argumentos (não havia guerra civil no país, a guerrilha era localizada e já estava, fundamentalmente, derrotada em 1976) foi a forma ilegal que tomou a repressão: o “desaparecimento”. Em uma guerra real, os direitos dos prisioneiros, incluído o de um processo legal, teriam sido respeitados.

Os “desaparecimentos” atingiram guerrilheiros, políticos, estudantes, escritores, dirigentes sindicais e até membros do governo militar, como o embaixador na Venezuela (o político radical Hidalgo Solá) ou o empresário Fernando Branca, assassinado pelo seu sócio, o almirante Emílio Eduardo Massera (membro da Junta Militar). O “método” engolira seus executantes, que passaram a usá-lo entre eles para resolver desavenças pessoais. Entretanto, a morte tinha destino certo: já os levantamentos iniciais da *Amnesty International* (Anistia Internacional) comprovavam que a maior parte das vítimas localizava-se no movimento operário, em especial nos seus setores mais ativos.

O terrorismo antioperário peronista (AAA) foi integrado, corrigido e aumentado no terrorismo militar, estabelecendo-se uma continuidade essencial entre os dois regimes. Os militares chamaram de “guerra suja” os seus procedimentos, reconhecendo a

natureza do seu comportamento. O termo “terrorismo de Estado”, adotado oficialmente depois, é ambíguo, pois oculta o essencial: o massacre metodicamente planejado e executado *pelas Forças Armadas*. O cúmplice na tarefa foi a personagem clássica da reação política argentina: a Igreja Católica.

Na direção do Ministério da Educação, a Igreja promoveu o pior processo obscurantista

já conhecido no país. Monsenhor Plaza (arcebispo de La Plata) distribuía crucifixos nos campos de concentração (onde os detidos por motivos políticos sofriam as piores torturas antes de serem mortos), enquanto Monsenhor Bonamin (capelão do Exército) benzia os “grupos de tarefas” encarregados de seqüestrar, torturar e matar os militantes populares; não faltando os que, como o capelão Von Wernich, montaram um lucrativo comércio de venda de informações aos desesperados parentes dos desaparecidos. É claro que houve exceções (também as houve no Exército), mas a instituição foi parte ativa do genocídio, como foi denunciado pelas Mães da Praça de Maio. Não raro as exceções, como Monsenhor Angelelli, bispo de Catamarca, que denunciou a repressão militar, foram vítimas dos assassinos benzidos por seus superiores.



Membros do alto clero da Igreja Católica deram um apoio significativo à sangrenta ditadura de Videla. Na foto: Monsenhor Medina cumprimenta Jorge Videla.

A “corrupção” foi elevada a níveis estratosféricos, com negociações, mas também roubo e venda dos bens das pessoas “desaparecidas”, sem falar nas mordomias do astronômico orçamento militar, responsável por mais de um quarto da dívida externa do país, que atingiu 45 bilhões de dólares. O Estado, por meio do poder militar, virou literalmente uma máfia.

Toda a classe empresarial e os partidos tradicionais apoiaram o “Processo”, só criticando – tardiamente – os seus “excessos” (que foram, na realidade, a norma). A recompensa: as atividades desses partidos só foram suspensas (os partidos operários e de esquerda foram, ao contrário, *dissolvidos*); muitos dirigentes dos velhos partidos receberam cargos oficiais (prefeituras, embaixadas). O golpe mais repressivo da história argentina criava também, antecipadamente, as bases para um futuro “grande acordo nacional” – democracia formal (burguesa) e ditadura militar revelaram não ser antagonistas absolutas.

Fato essencial, o “Processo” também se integrou à burocracia sindical. A ditadura se propôs a reduzir qualitativamente o peso dos sindicatos: o Estado pôs sob intervenção os principais sindicatos e lhes tirou as “obras sociais”; os setores conflituosos (eletricidade, ferrovias) foram militarizados; vários dirigentes sindicais peronistas foram assassinados ou presos. Mesmo assim, diversos dirigentes sindicais tomaram parte nas “comissões assessoras” dos interventores militares e praticaram outras formas de colaboracionismo.

Os militares porém foram muito além disso, tentando reestruturar a vida política do país por meio de diversos planos políticos (desde um “movimento único”, de apoio ao “Processo”, até uma “democracia gradual”, passando pela manipulação dos cargos dirigentes internos dos partidos. O Partido Comunista (que havia sido só suspenso) foi conseqüente nessa linha, e tornou-se célebre entre seus pares, por ter chegado a defender apaixonadamente o ditador Videla contra um suposto plano para derrubá-lo. O adido militar da URSS comparou, num discurso oficial de 1976, a “guerra suja” com a resistência do exército soviético contra o nazismo na Segunda Guerra Mundial – enquanto isso, dezenas de militantes do PC eram mortos pelo terrorismo militar.

TORTURA e morte

Entre 1976 e 1983 funcionaram na Argentina 362 campos de concentração e extermínio. Por aí passaram mais de 30 mil pessoas dentre os quais militantes políticos, ativistas sociais, opositores ou simples testemunhas incômodas dos tantos seqüestros que diariamente se produziam. A maioria delas nunca mais apareceu. Seus filhos, no melhor dos casos, foram criados por tios ou avôs. Outros foram “apropriados” pelos mesmos assassinos dos seus pais e ainda permanecem seqüestrados, como uma espécie de butim de guerra. A maioria dos que se encontram nessa situação ainda hoje ignora o passado, nem sabe quem foram seus pais verdadeiros.

Além dos assassinatos, o capítulo marcante do regime militar argentino foi o uso geral, indiscriminado e sem limitações da *tortura*, com requintes de crueldade tão indescritíveis que produz a tentação de pensar que o (numeroso) grupo de pessoas responsável pela condução do país e o programa de extermínio, mais do que a cadeia, mereceria simplesmente ser internado à perpetuidade num monumental hospício, como portador de distúrbios mentais de uma gravidade inédita e insuspeita.

A tortura chegou a níveis tão elevados, que o temor a ela era mais forte nos militantes resistentes do que o medo de morrer: a patológica reação dos “montoneros” remanescentes, por exemplo, foi viver permanentemente com uma cápsula de cianureto na boca, para engoli-la e morrer rapidamente caso estivessem na iminência de ser detidos (os “grupos de tarefa”, quando capturavam um militante, de imediato abriam-lhe a boca para inspecioná-la). Dessa maneira suicidou-se o jornalista e poeta “montoneiro” Francisco *Paco Urondo*.

No século III, o jurista Ulpiano definira a tortura como “o tormento e o sofrimento do corpo com a finalidade de obter a verdade”. Os regimes militares latino-americanos e seus antecedentes em outras partes do mundo ultrapassaram essa definição, pois a tortura foi praticada com tanta sistematicidade e assiduidade (incluindo mutilações atrozes) que, evidentemente, já não possuía outra finalidade *que não a própria tortura e a morte subsequente*. Nem vingança, nem obtenção de informações: a tortura

e a morte viraram uma atividade-fim, praticada não de modo isolado, mas sistemático, por *milhares* de torturadores, em *dezenas de milhares* de casos.

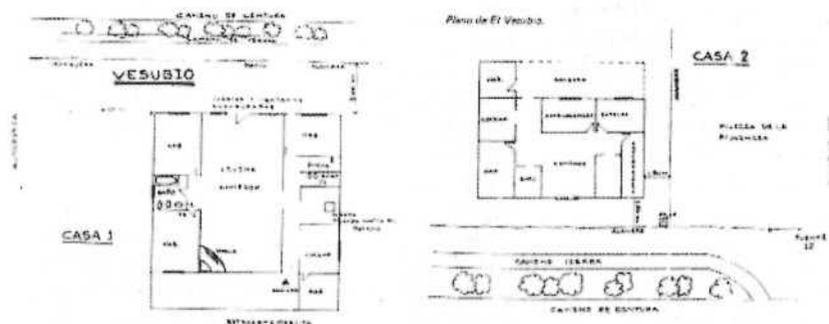
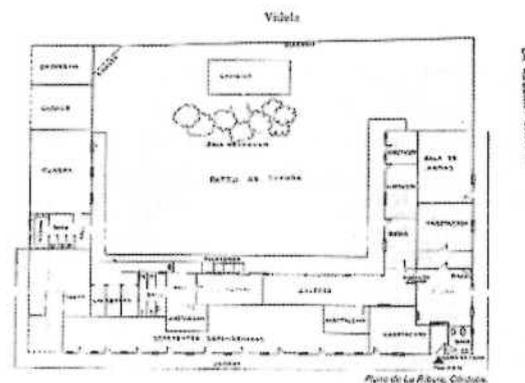
A tática militar para manter-se no poder adotava a tortura generalizada e o conceito de “guerra moderna”, que implica a eliminação de qualquer forma de oposição. Havia, portanto, lógica nessa loucura. Documentos vindos à luz mostram que a França ensinou a doutrina da “guerra suja” aos militares argentinos, desde 1957. Nos manuais militares franceses já se recomendavam seqüestros, torturas e ocultação de cadáveres. O confessadamente nazista general argentino Ramón Camps homenageou seus mestres, em 1981: “Os franceses foram os primeiros, os mais completos”. O torturador francês convicto e confesso, general Paul Aussaresses, declarou que o governo de Onganía foi o que mais “missões” francesas recebeu.

Em janeiro de 1981, o general Ramón Camps recordava em *La Prensa* que essas missões e cursos começaram “sob a direção dos tenentes-coronéis Patrice de Naurois e François-Pierre Badie” – eles transmitiram a experiência dos oficiais franceses nas guerras da Indochina e da Argélia. Os cursos se baseavam nos escritos de outro militar que confessou a prática da tortura na Argélia, o general Massu, e eram ministrados pelo general Salan e pelo tenente-coronel Roger Trinquier.

Uma nota do general Massu argumentava:

Não se pode lutar contra a guerra revolucionária subversiva, protagonizada pelo comunismo internacional e seus intermediários, com os procedimentos clássicos de combate. É preciso usar métodos e ações clandestinas e contra-revolucionárias, e que esses métodos sejam admitidos pela alma e por nossas consciências como necessários e moralmente válidos.

O tenente-coronel Trinquier teria sido o “organizador do conceito de guerra moderna”, que se articulava em torno de três eixos: a clandestinidade, a pressão psicológica e a “moralidade estreita”(sic). Os métodos franceses desenvolvidos na Argélia foram usados, e seguramente aperfeiçoados, na Argentina: Trinquier inventou um sistema de busca de informação conhecido como DOP,



Plantas de centros de detenção clandestinos de presos políticos, campos de concentração em que os prisioneiros – militantes políticos, ativistas sociais ou simples testemunhas incômodas das atrocidades do regime – sofriam as piores torturas antes de ser eliminados.

Destacamentos Operacionais de Proteção. Esse mesmo sistema foi usado na Argentina pelos “grupos de tarefa”.

Trinquier elaborou a “doutrina da clandestinidade”: repressão baseada no ocultamento dos centros de detenção, desaparecimento de pessoas e eliminação dos corpos; uso de pessoal militar vestido de civil, organizado em comandos e percorrendo à noite os centros urbanos na busca de vítimas ou suspeitos para torturar – técnicas implementadas na Argélia por Aussaresses e Massu e importadas para a Argentina. Ramón Camps, que se orgulhou publicamente de

ter torturado de modo selvagem o jornalista Jacobo Timmerman, dono do jornal *La Opinión*, escreveu:

Na Argentina, primeiro recebemos a influência francesa, depois a norte-americana. As usamos de modo separado, e depois em conjunto, tomando os conceitos das duas até a norte-americana predominar. Mas há que se dizer que a concepção francesa era mais exata que a norte-americana. Esta se limitava quase exclusivamente ao aspecto militar, enquanto a francesa consistia em uma visão global.

CONTRA a morte

O Estado argentino dos anos 1970 e 1980 exemplifica plenamente a faceta assassina do Estado Militar na América Latina. Em oposição, na sociedade se percebe o esforço em denunciar a violência político-militar desse Estado. A denúncia, a partir de então, não busca simplesmente “dizer que existiu”, mas reparar politicamente as atrocidades cometidas. Os sujeitos desta ação, as Comissões de Familiares e demais entidades, exigem dos Estados a localização dos restos mortais das vítimas, a apuração das condições das mortes, dos responsáveis, e as punições cabíveis aos crimes cometidos.

Perseguem, em última instância, a construção de uma política que não permita mais a repetição daquelas práticas. Trata-se de uma luta travada também nas esferas da memória e do esquecimento. Esquecer significa, desse ponto de vista, deixar acontecer, permitir que os sujeitos “daqueles tempos”, assassinos e vítimas, igualem-se. Lutar pela memória, como arma de recusa ao atual estado de impunidade que perpassa aqueles anos, é transformar a capacidade de lembrar em instrumento político de mudança e justiça.

Anos depois da sua constituição, as organizações de familiares da Argentina, do Brasil, do Chile, do Uruguai criaram uma articulação com a *Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos – Desaparecidos* (Fedefam), formada em 1981 em São José, na Costa Rica. As entidades que a compõem são: na Argentina, *Familiares de Detenidos y Desaparecidos por*

Razones Políticas, Madres de Plaza de Mayo – Linea Fundadora e Madres de Plaza de Mayo; no Brasil, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Familiares de Guerrilheiros do Araguaia e os grupos *Tortura Nunca Mais* do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

Os *Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas* da Argentina estão organizados desde 1976. Apresentam o processo de sua formação do seguinte modo:

Na busca desesperada por nossos seres queridos, e para denunciar seu desaparecimento, percorremos dependências do Estado, policiais, das Forças Armadas, Igrejas e organismos de direitos humanos. Aí nos conhecemos e soubemos que não estávamos sós na desgraça e na dor. Que éramos muitos os que não sabíamos onde estavam os filhos, esposos, irmãos, pais, netos, onde tinham sido levados, o que tinha sido feito deles. Trocamos experiências e informação, imaginamos novos lugares onde pedir auxílio. Aprendemos que só juntos poderíamos ter a força necessária para lutar contra essa



Marcha das mães de “desaparecidos”, na Praça de Maio. As “Mães da Praça de Maio” viraram um símbolo mundial da resistência contra a violência praticada pelos regimes militares.

nova forma de repressão e tortura que enfrentávamos. Começamos a nos organizar. Em janeiro de 1976, surgiu, como resposta ao desaparecimento simultâneo de 24 pessoas em Córdoba, o primeiro grupo de familiares. Desde março de 1976, em Buenos Aires, [nós] os familiares, que nos conhecíamos por nossas ações ante os organismos oficiais, começamos a nos reunir na sede da Liga Argentina pelos Direitos Humanos (LADH) em Esmeralada 77. Aí recebemos a primeira delegação da Anistia Internacional, diante da qual denunciemos a situação de milhares de detidos-desaparecidos em nosso país. Nossas reivindicações, nesse momento, já tinham como primeiro e fundamental ponto o Aparecimento com Vida dos desaparecidos. Em setembro de 1976, *Familiares* se constituiu na capital federal, e passou a contar com um local de reunião permanente oferecido pela LADH. Pouco depois, viajamos para o interior do país – Mendoza, Santiago del Estero, Tucumã, Mar del Plata, Corrientes, Chaco, Rosario – para entrar em contato com outros familiares e chamá-los a se organizar. Com toque de recolher, com perigo para nossa segurança, recebidos em muitos casos com desconfiança ou receio – sempre com medo –, conseguimos que a luta se iniciasse em outras cidades, abrindo novas frentes.

Entre suas ações cabe mencionar várias matérias pagas publicadas em jornais e revistas indagando sobre o estado e o paradeiro de seus familiares presos e/ou seqüestrados-desaparecidos e, ao mesmo tempo, denunciando as atrocidades da política terrorista das Forças Armadas argentinas; reuniões com os diferentes organismos de Direitos Humanos nacionais e internacionais e com as diferentes organizações políticas que, mesmo clandestinas ou sob intervenção, continuavam existindo (como os sindicatos, as agremiações estudantis, os partidos, as associações profissionais); a publicação de poemas, desenhos e relatos dos presos políticos, todas estas iniciativas invadiram o espaço público em tempos de forte repressão, medo e censura.

A entidade mais conhecida e comentada dentro e fora da Argentina, *Madres de Plaza de Mayo*, surgiu em 1977. Sua outra face, as *Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora* é uma dissidência resultante dos conflitos advindos da constituição da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep), em 1983, pelo presidente civil pós-“Processo”, Raúl Alfonsín. As *Madres* contam sua história:

Como vocês sabem, os desaparecimentos começaram em 1974 e 1975 com as AAA; nós temos algo em torno de 600 casos dessa época. Em 1976, quando a ditadura se instaura, [os desaparecimentos] começam a se tornar tremendamente mais freqüentes, e já as mães desses desaparecidos – dos primeiros – começavam a se mover: [dirigindo-se ao] Ministério do Interior, à polícia, à Igreja e obviamente aos partidos políticos ou alguns políticos a quem se ia pedir [auxílio]. Havia alguns organismos – a Liga, que é um organismo de muitos anos; a Assembléia, que havia se formado em 1976 ou 1975; Familiares – que também auxiliavam *Las Madres*. Quando a ditadura se instaura em 1976, havia mais mães, porque aumentava também o número de desaparecidos, e nós batíamos, todas, às mesmas portas. Todos vocês sabem que ali nos conhecíamos; algumas no Ministério do Interior, algumas na polícia, algumas na rua, algumas no desespero de irem à prisão para ver se [nossos familiares] ali se encontravam. E à Igreja.

E um dia, estando na igreja, na igreja dos assassinos, na igreja Stella Maris, que é a igreja da Marinha, onde íamos ver Gracelli, Azucena Villafior de Vincenti disse que já bastava, que não poderíamos ficar ali, que já não conseguiríamos nada; e por que não íamos à praça e fazíamos uma carta para pedir uma audiência para que nos dissessem o que havia acontecido com nossos filhos. E assim fomos, pela primeira vez, em um sábado. Nos demos conta de que ninguém nos via, que não fazia sentido algum. Era um dia 30 de abril. Decidimos voltar na outra semana, em uma sexta-feira. Na outra semana decidimos ir numa quinta-feira.

Azucena Villafior, primeira presidente das Mães da Praça de Maio, seria seqüestrada e morta, depois da infiltração do núcleo original das Mães pelo oficial da Marinha Rubén Astiz (“*El Niño*”), um assassino psicopata hoje reclamado por vários países (entre outros crimes horrorosos, Astiz é responsável pela tortura – enterro em cal viva – e assassinato de quatro freiras francesas), que conservou seus postos de comando durante os regimes democráticos pós-1983.

O sociólogo argentino Néstor García Canclini lembra a ritualização cíclica das *Madres de Plaza de Mayo* (que foram inicialmente chamadas de “loucas de Praça de Maio”) “dando voltas todas as quintas-feiras [...] com fotos de seus filhos desaparecidos como ícones, até conseguirem, depois de anos, que alguns dos culpados fossem condenados à prisão”. Sobre a imagem das marchas, ou rondas, as Mães advertem:

Esses primeiros encontros também geraram as primeiras ações, que foram absolutamente impensadas, espontâneas. A primeira ação foi entregar a carta. Trocamos informações entre nós mesmas. Quando a polícia viu que éramos muitas, entre 60 e 70, nos bancos que existem na *Plaza*, disse: "bem, aqui não podem ficar, estamos em estado de sítio, não podem ficar aqui sentadas, isto já é uma reunião, marchem, caminhem", e começou a bater com as mãos e com os cacetetes... e a polícia nos fez caminhar. Nós não pensávamos em marchar... Quero dizer-lhes que nós não gostamos que chamem de ronda/vigília ao que fazemos [...] Por que não queremos chamar de "ronda" o que chamamos de marcha. Porque a ronda é rondar sobre o mesmo, mas marchar é marchar fazendo algo. E nós, as mães, cremos que, mesmo que em círculo, estamos marchando por algo.

Outra marca visível na atuação das *Madres*, além das marchas às quintas-feiras, é a utilização de um lenço de cabeça branco – os *pañuelos* – que, segundo Hebe Bonafini, presidente da entidade, teve a seguinte origem:

Quando chegou o mês de outubro [1977], preparamos uma marcha entre os organismos que estavam funcionando. Nos primeiros dias de outubro, também a Igreja preparava sua marcha a Luján, com um milhão de jovens. E as *Madres* decidimos ir às duas marchas: a dos organismos, que era no Dia das Mães, e a organizada pela Igreja, nos primeiros dias de outubro. Mas não sabíamos como nos identificar, nem todas poderiam caminhar tantos quilômetros; umas iriam desde Luján, outras iriam entrar em Castelar, outras em Moreno, outras em Rodríguez. Então começamos a pensar em como nos identificaríamos e uma disse: "vamos colocar um lenço". "Um lenço... e de que cor? Porque tem de ser da mesma cor". "Certo, branco". "E se colocarmos uma fralda de nossos filhos?" (que todas tínhamos uma como lembrança). E assim, no primeiro dia, nessa marcha a Luján, usamos o lenço branco, que não era outra coisa, nada mais nada menos, que uma fralda de nossos filhos. Esse lenço branco nos identificava. [...] nos demos conta de que muita gente lembrava, depois de alguns dias, que essas mulheres de lenço branco haviam sido capazes, ao redor da praça de Luján, de gritar e pedir – sempre rezando – pelos desaparecidos. Ou seja, todo mundo que esteve essa vez em Luján soube que havia desaparecidos no país e que as *Madres*, rezando, pediam por eles. Fomos depois para a marcha que os organismos realizaram, na qual 300 de nós (gente dos organismos) fomos presos, nos emboscaram em uma rua e nos colocaram em ônibus e nos levaram para a prisão, para a delegacia. Havia prisioneiros de todos os organismos mas, dentre os presos havia, por equívoco, também alguns jornalistas estrangeiros e as freiras, e isto fez

com que o mundo imediatamente se apercebesse do que passava. Mas nós na delegacia tampouco ficávamos quietas. À medida que nos identificavam e perguntavam quem éramos e nos mandavam a um determinado lugar, decidimos rezar também nesse lugar. Mas rezávamos pedindo para que os daquela delegacia não fossem tão assassinos, para que o delegado não torturasse; ou seja, enquanto isso aproveitávamos a reza para chamar de assassinos e torturadores aqueles que tínhamos a nossa frente. E era uma ação muito dura, muito dura, mas como era dentro da reza, da Ave-Maria e do Pai-Nosso, e como existe tanto respeito, e os militares passam fazendo o sinal-da-cruz quando entram e saem das delegacias, não podiam nos dizer nada, porque entre o Pai-Nosso e a Ave-Maria, os acusávamos de assassinos.

A OPERAÇÃO Condor

A Operação Condor mostra os labirintos dessa história trágica: só recentemente foram desvendados os nós dessa "internacional da morte". Em seu livro, *Operación Cóndor: Pacto Criminal*, a escritora Stella Calloni resumiu um amplo trabalho de investigação com base em numerosos testemunhos e pesquisas anteriores, que serviram como referência em vários processos contra responsáveis pelas atrocidades cometidas durante as ditaduras latino-americanas.

Na segunda metade da década de 1970, nos círculos de exilados políticos das ditaduras, falava-se da Operação Condor e fazia-se um paralelo entre essa coordenação entre regimes militares e uma operação que recebeu o nome de *Phoenix* que teve lugar na Ásia, organizada pelos Estados Unidos, por funcionários como William Colby, depois diretor da CIA. Chamou a atenção de Calloni o caso de Gladys Mellinger de Sannemann, médica e política paraguaia, mas com nacionalidade alemã, seqüestrada em 1976 em Misiones, Argentina, e entregue à ditadura do general Alfredo Stroessner. Depois de permanecer no campo de concentração de Emboscada, no Paraguai, foi transferida para a sinistra Escola de Mecânica da Armada (Esma), na Argentina, de onde foi resgatada graças à pressão do governo alemão. Mellinger foi uma das primeiras vítimas que denunciou a Operação Condor e forneceu testemunhos de companheiros de cativo que provinham de outros países, também vítimas do esquema de repressão con-

↑↓
junta entre as ditaduras do Cone Sul. Em 1992, foram descobertos os *Archivos del Terror* do Paraguai, nos quais consta como prisioneiros políticos das ditaduras eram entregues de um país para outro. Há evidências, por exemplo, de dois encontros, em 1974, entre Augusto Pinochet e Alfredo Stroessner. Também documentos sobre várias reuniões entre chefes militares e de inteligência, de 1975 a 1978, para estabelecer uma coordenação entre todas as ditaduras da região. Um dos convocantes desses encontros dos estrategistas da morte foi o general chileno Manuel Contreras, chefe da *Dirección de Inteligência*, a DINA, polícia política pinochetista, considerado “condor número um”.

O Paraguai, cenário de uma ditadura que durou 35 anos, resultou em terreno ideal para levar a cabo operações encobertas da CIA para favorecer as ditaduras sul-americanas. Os exércitos de Bolívia, Argentina, Chile, Uruguai, Brasil e Paraguai estabeleceram um pacto para coordenar forças e operações repressivas e unificar a informação policial, com o fim de exterminar qualquer oposição ou resistência. Esta associação incluiu o seqüestro, o roubo, o assassinato, a tortura, o desaparecimento de pessoas, a destruição de dezenas de milhares de seres humanos e de suas famílias, aos que ademais se roubaram centenas de recém-nascidos para entregá-los a represores sem filhos ou aos seus amigos.

Esta operação inumana teve o beneplácito, a cobertura e a assessoria da *Central Intelligence Agency* (CIA) e de outros serviços de inteligência dos Estados Unidos. Durante um tempo contou com o patrocínio de George Bush (ex-presidente e pai do presidente dos Estados Unidos eleito em 2000), diretor da CIA entre 30 de janeiro de 1976 e 20 de janeiro de 1977 – o ano de máximo terror da ditadura do general Jorge Rafael Videla na Argentina – de Henry Kissinger e de William Colby, entre outros altos funcionários.

No Paraguai, a mais antiga e menos visível das ditaduras militares do Cone Sul, se planejaram e coordenaram operações e se trocaram prisioneiros políticos por cima das fronteiras. A ação criminosa dos exércitos e das polícias do Cone Sul incluíram, à rotina atroz das desapareições, as torturas, os “vôos da morte” (em que os prisioneiros políticos eram jogados sobre o Rio da Prata ou sobre o



Kissinger, Videla e o embaixador norte-americano Raúl Castro, na casa de campo presidencial. O chanceler norte-americano foi o grande articulador dos golpes militares da década de 1970.

o oceano, de grandes alturas e ainda vivos) e os roubos de propriedades dos seqüestrados, assim como alguns crimes notáveis, como o atentado quase mortal contra o ex-ministro chileno Bernardo Leighton, em outubro de 1975 em Roma, o já mencionado assassinato em Washington do ex-chanceler de Allende, Orlando Letelier, em setembro de 1976, e a explosão sobre a ilha Barbados de um avião da Cubana de Aviação, com 73 passageiros a bordo. Esses crimes se vinculam a uma série de operações de extermínio contra oficiais de prestígio em seus exércitos que não apoiaram as ditaduras terroristas: o assassinato do general René Schneider no Chile, em 1970, na véspera do empossamento do presidente Salvador Allende; o assassinato do general chileno Julio Prats e sua esposa em Buenos Aires, em setembro de 1974; o assassinato do general uruguaio Ramón Tralbal, em Paris, em dezembro de 1974; o assassinato do general Juan José Torres, ex-presidente da Bolívia, em Buenos Aires, em maio de 1976.

A justificativa ideológica e política dessa aliança repressiva internacional foi a luta “contra a subversão, o terrorismo e o comunismo”. Sua magnitude e métodos transbordaram totalmente as supostas necessidades de um enfrentamento contra as organizações de guerrilha urbana existentes que, na segunda metade da década de 1970, quando atingiu-se o clímax da repressão, já estavam marginalizadas e semidestruídas.

Seus objetivos reais eram mais vastos: (1) o desmantelamento, a desorganização e a destruição das organizações sociais, sindicais e políticas dos trabalhadores da América do Sul. Na Argentina, como já está documentado, 48% dos mortos e “desaparecidos” foram trabalhadores de fábrica, centenas de dirigentes e delegados sindicais. Na Bolívia a repressão se concentrou sobre os trabalhadores mineiros e seus sindicatos. No Chile, um terror organizado e sistemático destinou-se a paralisar e destruir sindicatos, partidos, organizações sociais e culturais dos trabalhadores. O objetivo claro e definido foi destruir o tecido de resistência social, o que seria aproveitado pelas ditaduras, e também pelas “democracias” posteriores, para pôr em prática o chamado “neoliberalismo”; (2) a destruição da autonomia e da liberdade de cátedra, de investigação e discussão nas universidades e centros de estudo, na imprensa e meios de comunicação, nas organizações estudantis: mais de 980 estudantes, só da Universidade de Buenos Aires, foram “desaparecidos” entre 1976 e 1982; (3) deixar a população trabalhadora, suas organizações e associações em estado de paralisia, de terror e sem defesa diante da privatização dos bens públicos, do empobrecimento geral e do enriquecimento obscuro do grande empresariado, da redução drástica dos salários e do desmantelamento dos contratos coletivos de trabalho, normas laborais e outras conquistas sociais, do desemprego.

O PAPEL DOS Estados Unidos

Um resultado adicional, atingido com plenitude na Argentina, foi a desintegração moral e a destruição da capacidade de combate do exército, como se veria na guerra das Malvinas e, depois, no repúdio generalizado ao exército nesse país: “*No sirven pá la*

guerra, no sirven pá una mierda”, gritaram nas ruas de Buenos Aires os estudantes que participaram, em 2001, na manifestação contra o 25º aniversário do golpe militar de 24 de março de 1976, quando as mães e as avós de Praça de Maio convocaram um desfile de mais de três horas, com centenas de milhares de manifestantes diante da Casa Rosada.

O investigador britânico Christopher Hitchens (autor de *The Trial of Henry Kissinger*) denunciou a culpabilidade de Henry Kissinger em crimes contra a humanidade. Hitchens descreve sua personagem como

um oportunista, um criminoso de luvas brancas e um traficante de comissões ocultas que fez pactos com os piores ditadores. É o pior exemplo da cultura da celebridade nos Estados Unidos, que consiste em levar em conta a reputação da pessoa, não seus atos.

A acusação se sustenta em documentos que provêm diretamente dos gabinetes de Nixon e Kissinger e que provam a colaboração entre Washington e as ditaduras no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai – os países que formaram parte do Plano Condor.

Kissinger e sua equipe, por exemplo, conceberam o projeto destinado a assassinar o general Schneider. O dinheiro para a “operação Schneider”, 50 mil dólares, foi enviado de Washington e distribuído no Chile pela embaixada norte-americana. Uma parte das armas foi também enviada ao Chile por meio da mala diplomática. Legalmente, se trata de um assassinato, organizado pelo... Prêmio Nobel da Paz de 1973 (o mesmo prêmio que foi negado às Mães da Praça de Maio). Para Hitchens,

a influência dos Estados Unidos na América Latina durante a década de 1970 foi criminosa. Do norte ao sul, Washington apostou nos piores personagens da história... As administrações precedentes atuaram mais ou menos da mesma maneira, sob o regime de Roosevelt por exemplo, política que atingiu seu paroxismo durante o governo de John Kennedy.

As “façanhas” de Kissinger foram do Vietnã até Camboja, passando por Chile, Bangladesh, Grécia e Timor Oriental, mas sempre com o apoio do conjunto da administração da “democracia americana”, para a qual ele fez o “trabalho sujo”. Para Hitchens,

contrariando uma lenda persistente, "Kissinger não é um bom historiador nem um bom acadêmico. É um pobre intelectual e um pobre ser humano".

As investigações demonstram que os Estados Unidos estiveram na origem da operação terrorista continental, como o revela uma nota do diretor da CIA, Richard Helms, dando conta de uma reunião no gabinete de Richard Nixon, onde decidiu-se a sorte de Salvador Allende e das democracias da América do Sul. Para os "homens" reunidos em torno de Nixon, entre eles Kissinger, Allende não devia em nenhuma hipótese aceder à presidência:

Não levem em conta os riscos. A embaixada não deve estar envolvida. Há 10 milhões de dólares disponíveis, mais se for necessário. Trabalho a turno completo. Os melhores homens de que dispnhamos. 48 horas para um plano de ação.

Kissinger foi, ao que parece, o "cérebro" que propôs a "criativa" solução ideal: o assassinato dos que criassem problemas.

A "DEGRINGOLADA" da ditadura Argentina

A crise do "processo" militar argentino teve raízes econômicas e, conseqüentemente, políticas (o que inclui a resistência social e democrática à ditadura militar). O empresariado se dividiria em torno do plano econômico. O programa do ministro da economia Martínez de Hoz propunha: (a) a imposição de um retrocesso histórico das condições de vida da população; (b) a liquidação de uma parte do ativo industrial obsoleto e dos capitais que não podiam sustentar a concorrência internacional, reativando por meio dos re-equipamentos os setores capazes de inserir-se mais profundamente nas correntes do comércio mundial; (c) a criação de um fundo de acumulação mediante um endividamento geral, com concessões enormes ao capital financeiro internacional; (d) a liquidação da participação do Estado na indústria privada, determinada no passado para salvar as empresas em crise – a desnacionalização da indústria estatizada (700 empresas) para promover um maciço ingresso de capitais capaz de susten-

tar um novo ciclo de reativação; (e) a reestruturação da classe empresarial nacional, promovendo a formação de *trustes* diversificados na exploração do petróleo, da celulose, na exportação de manufaturas agrárias e matérias primas, na petroquímica, no aço e nos bancos.

O plano visava a dar uma resposta estrutural à estagnação crônica da economia argentina. Em 1976, o PIB caiu 6% – a renda dos não-assalariados subiu, no entanto, 20%, a dos assalariados caiu 30%. Em junho de 1977, uma reforma financeira libertou o mercado de capitais do controle do Banco Central, uma mudança histórica. Outras medidas (restrição monetária, tabela fixa de câmbio, eliminação de tarifas aduaneiras) levaram a pequena indústria à falência. O Estado interveio no processo de concentração, por meio das políticas de "promoção industrial": um terço das cem maiores empresas sumiu do mercado (via fusão, venda ou quebra). Os beneficiados foram setores do grande capital nacional (Pérez Companc, Sasetru, Capozzolo), não raro de origem agrolatifundiária, setor que também se beneficiou de uma grande transferência de renda. Tudo baseado numa brutal queda das condições de vida dos assalariados (o salário real caiu 40% em um ano). Mas a concentração foi paralela a uma queda da produção industrial (de 17% entre 1975 e 1981). Várias fábricas do estancado ramo dos automóveis fecharam (Citroën, General Motors, Peugeot, Chrysler), redimensionando o mercado das que restaram.

Em toda a indústria, 400 mil operários ficaram desempregados. Todo o processo operou-se, por outro lado, por via especulativa. O negócio bancário cresceu espetacularmente, a atividade financeira explodiu: cada empresa importante criou sua companhia financeira. Muitos dólares chegaram (as taxas de juros exorbitantes transformaram Buenos Aires na melhor praça financeira mundial), mas tratava-se de capital fictício, especulativo, à procura de lucros de curto prazo. As multinacionais não investiram na indústria, devido à recessão e aos juros incompatíveis com qualquer reativação industrial. As grandes empresas tomavam empréstimos no estrangeiro com taxas menores (a dívida externa foi para as nuvens) sem expandir a inversão, mas especulando com os fundos assim obtidos na "ciranda financeira" e remetendo os lucros para fora do país.

Os custos financeiros das empresas que tomavam dinheiro no mercado argentino atingiam 80% das vendas totais (sim, 80%), pois pagavam 60% de juros reais. A tendência para a baixa das taxas de juros havia refletido a crise e a falência da indústria a partir de 1975. Não existia demanda de investimentos e a contrapartida era o aumento de capitais ociosos. Daí originou-se a tendência para a fuga de capitais ao estrangeiro, expressão da queda dos lucros produtivos e da queda da indústria. A política financeira de Martínez de Hoz estruturou-se como alternativa à fuga de capitais, criando uma elevada remuneração para o capital ocioso, inclusive o capital internacional. Diante de um sistema de relações de produção em queda livre, os governos capitalistas ditatoriais organizaram o resgate e a salvação do capital em crise à custa dos trabalhadores e das finanças públicas. O plano confiava que o livre jogo do mercado levaria a racionalidade do capital a “normalizar” a economia, desenvolvendo os setores competitivos no mercado mundial.

Porém, a lógica do capital não é a racionalidade econômica, mas a procura de lucro (de qualquer origem). O grande capital tinha acelerado a crise econômica, em 1975, para derrubar o peronismo (os EUA suspenderam os créditos ao governo peronista) e agora não sabia como sair dela.

Já em 1977, os latifundiários, prejudicados pela queda dos preços agrários internacionais, protestavam contra os impostos. Os militares tiveram atritos com Martínez de Hoz, devido às tentativas de desnacionalizar o setor estatal sob controle das Forças Armadas (as fábricas de ferro e de fundição Somisa e Acindar, que eram ambicionadas pela United Steel).

Em março de 1981, a crise explodiu a céu aberto, com queda de um dos maiores bancos (o BIR), propriedade de uma das empresas favorecidas pelo Estado. A intervenção no banco, para salvá-lo da falência, relançou o processo inflacionário: a especulação tornou-se então desenfreada. O grupo Sasetru, um dos maiores e mais beneficiados pela política econômica, foi à falência. Ao fracasso em atrair investimentos produtivos estrangeiros, Martínez de Hoz somava agora a quebra das empresas privilegiadas pela sua política. Os setores empresários em crise agruparam-se na Conae, para derubá-lo, pois “o ministro já não passava de um agente dos grupos



A crise do “Processo” militar argentino teve razões econômicas e políticas, que incluem a resistência social e democrática à ditadura militar. Os militares, no entanto, esforçam-se para manter-se no poder: General Roberto Viola (esq.) 1980-1981; General Leopoldo Galtieri (dir.) 1981-1982.

financeiros internacionais”. A nova Junta Militar, encabeçada pelo general Viola, (instaurada em setembro de 1980) tentou reunificar o grande capital, tirando Martínez de Hoz do governo e incorporando os representantes do empresariado. Mas estes careciam de unidade (sem falar num plano).

Enquanto as renúncias se sucediam, o PIB e a indústria (que caiu 10% em 1982) continuavam em queda livre. O único “avanço” foi a liquidação das dívidas dos grupos em falência por meio da inflação e do endividamento público, grupos cujos investimentos tinham sido em 90% financiados ou avalizados pelo Estado: o “liberalismo” consistiu na passagem para o Estado das dívidas privadas, destruindo o crédito e a moeda, por meio da inflação galopante. Em 1981, depois de cinco anos de ditadura sangrenta, os partidos políticos conformaram uma frente opositora, a “Multi-partidária”, com vistas a capitalizar a divisão do empresariado. Com o país em falência e os planos políticos do governo militar

em bancarrota, não surpreendeu que Viola fosse derrubado pelo general Leopoldo Fortunato Galtieri quando mal tinha completado um ano de mandato.

RESISTÊNCIA operária

Um fator já presente se transformou em decisivo então: a resistência operária. O golpe militar de 1976 impôs um sério retrocesso e a perda de conquistas históricas do movimento operário – os convênios coletivos, as obras sociais, a central sindical única (a CGT foi ilegalizada). Mas o operariado já tinha perdido toda confiança no governo peronista e ofereceu uma rápida resposta à política antioperária. Já em 24 de março de 1976 os mecânicos de Córdoba pararam, repudiando o golpe. Nos meses seguintes, apesar da repressão selvagem, as greves de eletricitários e metalúrgicos tentaram pôr um limite à ofensiva militar. As empresas de energia foram militarizadas, mas aumentos salariais “por baixo do pano” violaram o congelamento salarial. Em junho de 1977, toda a região operária de San Lorenzo (na província de Santa Fé) parou. Em novembro do mesmo ano, as greves dos ferroviários e do metrô tiveram repercussão nacional. O setor, dessa vez, não foi militarizado: a política de divisão sindical começava a ser derrotada.

A tendência para mobilizações nacionais (não por empresas) não parou. Os ferroviários protagonizariam greves nacionais em 1978, 1979 e 1980. Nesses anos, portuários e metalúrgicos também obtiveram vitórias significativas. Sem essa resistência operária ininterrupta, a crise da ditadura e da burguesia provavelmente teria se resolvido internamente, tal como aconteceu no Chile.

Só em abril de 1979 a direção sindical decretaria uma greve nacional (fracassada por falta de preparação). A burocracia sindical adaptou-se profundamente à ditadura, aceitando ilegalizações e intervenções, chegando a elogiar a “repressão da subversão” e a defendê-la das críticas que lhe foram feitas na OIT (Organização Internacional do Trabalho). Com os organismos de base na ilegalidade, a burocracia tentou ser a participante privilegiada da “nor-



Em 30 de março de 1982, a pressão popular, que crescia com a fome e o desemprego, era um caldeirão: a violência foi empregada para controlar os protestos.

malização sindical” da ditadura. As obras sociais (mutuais e assemelhadas) dos sindicatos passaram para o Estado e para o setor privado (medida depois mantida pelo governo constitucional de Alfonsín); em 1979, a nova lei sindical decretada pela ditadura proibiu a CGT, os sindicatos nacionais e os delegados de base para estabelecimentos com menos de cem operários (situação de 40% do operariado). A reestruturação industrial deixou milhares de trabalhadores na rua (47 mil só nas ferrovias). Foi uma tentativa de reduzir o movimento operário a quase nada. Reconstituindo ilegalmente Comissões Internas e Corpos de Delegados, a luta operária impediu um retrocesso histórico. Em 1981, greves longas e duras (operários da carne, ferroviários) acompanharam a crise econômica.

A virada veio em junho de 1981, com a greve geral dos mecânicos: cinco mil se manifestaram na Capital Federal. Só um mês depois, já terminada a greve, a direção sindical convocou uma greve nacional. A iniciativa política tinha mudado de campo. As lutas operárias e dos familiares de desaparecidos se apoiavam mu-

tuamente. As classes médias deixavam para trás a confusão e o medo (vastos setores haviam apoiado a ditadura) e passavam para a oposição ativa. A burocracia sindical só se fez opositora junto com a própria burguesia: ofereceu seu apoio à nova central patronal (Conae), que a rejeitou.

A pressão operária crescia com a fome e o desemprego. Em 7 de novembro de 1981 convocou-se uma "Marcha do Trabalho", definida pela CGT como "jornada de oração". Os dez mil trabalhadores que foram às ruas não oraram, mas gritaram pela queda da ditadura. A crise política aprofundava-se: o governo militar dependia cada vez mais da capacidade de controle dos partidos políticos e da direção sindical. Esta suspendeu uma greve geral, em março de 1982, devido a um chamado do governo militar à "união nacional", por causa do atrito com a Inglaterra nas Ilhas Geórgias, no Atlântico Sul. Mas em 30 de março do mesmo ano a pressão popular era um caldeirão: a convocação de uma jornada nacional de luta não pôde ser evitada.

O epílogo sem fim

O fim das ditaduras militares do Cone Sul foi um complexo processo político de dimensões e alcance internacionais. Em 1979, a queda da ditadura de Somoza e as greves no ABCD paulista abriram uma nova fase na história do continente.

A VIRADA democratizante

A política de "direitos humanos" do governo Carter (eleito nos Estados Unidos em 1976) já pressionava em favor de uma "institucionalização" dos regimes ditatoriais latino-americanos. Nos finais da década de 1970, a recomposição do movimento popular era clara. A crise econômica mundial, de um lado, e a resistência social, de outro, levaram à crise não só dos regimes reacionários (tendo como expressão avançada a degradingolada das ditaduras brasileira e nicaragüense, pilares da ordem na América do Sul e na América Central, respectivamente), mas de todo o sistema de dominação continental. A Guerra das Malvinas foi, como veremos, a expressão mais espetacular do anacronismo do aparelho político-militar dos Estados Unidos na América Latina, e reduziu a pó em poucas semanas um sistema montado ao longo de mais de três décadas (Tratado do Rio de Janeiro, OEA, TIAR, Força Interamericana de Intervenção).

A ditadura mais pró-imperialista do Cone Sul (a da Argentina), ou seja, os treinadores da "contra" nicaragüense que comba-

tia a revolução sandinista, dos esquadrões da morte salvadorenhos e dos militares narcoterroristas bolivianos foi a ponta de lança da desmontagem de um sistema que ruiu em sua própria entranha. O conflito das Malvinas, ao colocar as nações latino-americanas em rota de colisão objetiva com a OTAN, traduziu a inadequação de todo o sistema político continental diante das novas relações políticas internas e internacionais.

A política democratizante, impulsionada diretamente pelos Estados Unidos, surgiu no bojo dos problemas criados pelo conjunto da crise política latino-americana. Ela foi impulsionada pelo governo de Ronald Reagan (1980-1988), surgindo com o objetivo explícito de inverter as tendências políticas internacionais, caracterizadas pelo retrocesso político mundial dos Estados Unidos depois das derrotas nas guerras do Vietnã e do Sudeste Asiático (1972-1975), além da queda da monarquia iraniana em 1978, e isto nas condições de uma aguda crise econômica mundial (deflagrada com a crise do petróleo de 1973). As mudanças econômicas e sociais, por outro lado, tinham quebrado a base das velhas formações políticas latino-americanas, especialmente as nacionalistas ou "populistas".

Com a greve de 30 de março de 1982, a luta contra a ditadura argentina entrou em fase decisiva. As manifestações operárias convergiram na Praça de Maio, exigindo a queda do governo. Nas violentas lutas contra a polícia, os manifestantes receberam a solidariedade até dos funcionários dos ministérios. A classe operária liderava a luta antiditatorial: um novo "cordobaço" se desenhava no horizonte, dessa vez no coração industrial e político do país.

A GUERRA das Malvinas

Um recurso longamente preparado foi posto então em ação: a 2 de abril de 1982, o Exército ocupou as ilhas Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul, territórios argentinos do Atlântico Sul, colonizados pela Inglaterra desde meados do século XIX. Começou um vasto movimento popular de defesa da nação. A questão das

Malvinas era uma das mais velhas e sentidas reivindicações nacionais. O movimento era heterogêneo: os últimos setores que apoiavam a ditadura levantaram a cabeça, mas também os que lutavam contra ela organizaram campanhas de apoio aos soldados do Atlântico Sul. Para as Mães da Praça de Maio, por exemplo, "as Malvinas são argentinas, os desaparecidos também".

Delegações político-sindicais argentinas percorreram o mundo, expondo a "unidade nacional" em torno das Malvinas. No movimento operário havia grande confusão política: o interventor militar dos ferroviários chegou a falar em armar os operários para defender a pátria. Mas era demagogia, pois o esquema da ocupação se baseava na suposta neutralidade benevolente dos Estados Unidos. Galtieri adiou a crise da ditadura, mas ao preço de quebrar suas bases de apoio internacionais. Reagan já tinha levantado as sanções econômicas contra a Argentina, impostas sob o governo Carter pela questão dos direitos humanos.

Os Estados Unidos, porém, optaram por apoiar seu aliado da OTAN (a Inglaterra), contra seu agente do Cone Sul (a ditadura argentina). Quando seu enviado Alexander Haig comunicou isto à ditadura, um setor dos partidos políticos (Alsogaray, Frondizi, Raúl Alfonsín) começou a criticar a ocupação. Para Galtieri era tarde demais. Retirar-se sem combate era expor-se à morte em praça pública. Ainda assim, o comando militar manteve sua postura negociadora, não-combativa, ao longo do conflito. Os bens do "inimigo", bancos, empresas, propriedades agrárias, não foram tocados (enquanto as contas argentinas em todos os países da OTAN eram congeladas); não se hostilizaram as tropas inglesas que se aproximavam do alvo (enquanto elas afundaram o cruzador Belgrano, situado fora da zona de hostilidades, provocando centenas de mortes); não se mobilizaram os recursos nacionais.

Só isso não explica a rápida vitória da frota inglesa. Outro fator foi o apoio logístico (espionagem via satélite incluída) que a Inglaterra recebeu dos Estados Unidos e da OTAN, o que lhe conferiu boa vantagem militar. Sem esquecer a excepcional covardia dos oficiais argentinos: o capitão Astiz, que tinha se ilustrado torturando e matando adolescentes e freiras, entregou as ilhas Georgias sem disparar um tiro; o general Menéndez, no comando geral

da operação, depois das fanfarrônicas iniciais, entregou as Malvinas ao primeiro indício de ameaça ao seu *bunker*. Os oficiais tinham gastado mais tempo protegendo-se a si mesmos (e vendendo aos soldados as doações da população) do que na preparação da defesa militar. Milhares de soldados argentinos foram mortos, enquanto seus chefes procuravam uma saída em acordos com os Estados Unidos e a Inglaterra.

A onda de indignação popular que se seguiu à capitulação de 16 de junho de 1982 quase provocou a queda revolucionária da ditadura.

A substituição imediata de Galtieri e do alto comando e um novo acordo entre seu sucessor, general Reynaldo Bignone, e os partidos políticos, baseado na convocatória a eleições para outubro de 1983, firmaram uma linha de contenção geral da crise interna. A Igreja fez-se presente, agora na figura do próprio Papa João Paulo II, que viajou às pressas à Argentina para “acalmar os ânimos”. Apesar desse esforço máximo de manipulação da opinião pública, a indignação continuou. Surgiram grupos de ex-combatentes (um plano de empregos para eles, não efetivado, foi anunciado). A crise econômica levou os prejudicados, a classe média dona de poupanças depositadas no *open market* ou em títulos públicos, a manifestarem-se abertamente contra a ditadura.

A ditadura tinha de acabar. O movimento operário carecia de uma organização política capaz de unificá-lo para orientar o protesto popular. O ponto máximo deste protesto foi canalizado pela “Multipartidária” numa enorme manifestação (300 mil pessoas) em 16 de dezembro de 1982. Os líderes limitaram-se a depositar flores, em homenagem aos soldados mortos, na Praça de Maio, em frente à Casa Rosada, retirando-se apressadamente. Violentos combates explodiram entre a polícia e milhares de pessoas que se manifestavam pela derrubada da ditadura (um operário foi morto), mas essa vontade de luta diluiu-se, sem perspectivas políticas. O proletariado carecia de presença própria (os sindicatos evitaram organizar colunas próprias). Superado esse ponto crítico, os partidos puderam consagrar o ano de 1983 à campanha eleitoral.

A desmoralização nacional deixou o verdadeiro vencedor da guerra das Malvinas, os Estados Unidos, como árbitro da política argentina. Sua ingerência determinou mais ou menos diretamente os ritmos da sucessão política. As candidaturas dos partidos majoritários (UCR e Peronista) se notabilizaram pela ausência de posturas antiimperialistas, em especial na questão da dívida externa. O desemprego conspirou contra o uso da arma da greve, limitando os assalariados a manifestações e passeatas setoriais. A pressão grevista só aumentou nas vésperas das eleições – movimentos que abarcaram dois milhões de trabalhadores abalaram o “pacto social” da ditadura, a direção sindical e os bispos.

A Guerra das Malvinas demonstrou que, se por um lado, os exércitos latino-americanos não podiam ser indefinidamente simples marionetes do Pentágono, por outro lado, o “sistema pan-americano” não era indestrutível, nem lhe faltavam contradições internas. Bem entendido, as causas da rápida derrota militar argentina foram antes de tudo políticas (faz parte da mistificação do Exército Argentino sustentar que essas causas foram puramente militares). A Inglaterra, para retomar umas ilhas remotas, estruturou um dispositivo de guerra total, na consciência de que o único que podia lhe garantir a vitória era a capacidade para desenvolver um esforço ininterrupto para enfrentar batalhas em frentes territoriais amplas, como o sul do continente americano. Com essa finalidade, organizou uma frente econômica, política e militar com todas as potências, o que lhe permitiu empregar todos seus recursos militares.



Soldados argentinos derrotados na Guerra das Malvinas.

Enviou então para a batalha dois terços da terceira frota do mundo, garantindo a reposição ininterrupta de todo seu material militar. Bloqueou o comércio internacional da Argentina e fechou todas as vias para seu financiamento. Organizou uma política de guerra dirigida a esmagar o inimigo, na segurança de que quanto mais amplos fossem os objetivos da luta, menor seria o seu gasto efetivo. A ditadura militar argentina, ao contrário, propagou a idéia de que a localização das Malvinas e o domínio aéreo eram inexpugnáveis. O resultado desse enfoque foi o imobilismo e o recuo diplomático.

A Argentina contribuiu com o esforço militar inglês, com o pagamento da dívida externa, pois os credores financeiros rateavam entre seus associados o pagamento pontual dos juros devidos aos credores ingleses. A Argentina apelou ao TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), não para armar uma frente opositora à intervenção inglesa, mas para obter pronunciamentos retóricos que desmoralizaram seus potenciais aliados; ameaçou pedir ajuda à URSS, mas só como pressão; não concretizou a oferta de ajuda militar de Cuba e da Nicarágua, do Peru e da Venezuela; prognosticou a possibilidade de uma agressão ao território continental e suportou um bloqueio até a entrada do Rio da Prata, sem insinuar sequer a disposição de armar a população.

A ditadura militar nunca teria podido ganhar a guerra, porque não buscou os meios e as alianças internacionais que garantissem a continuidade do esforço militar. A Inglaterra não media armamentos porque podia repô-los, a Argentina devia poupar aviões e munições. Os ingleses podiam suportar duras perdas sem serem derrotados; a Argentina, embora obtendo algumas vitórias, não poderia ganhar a guerra. A integração da Argentina aos sistemas militares e de comunicação interamericanos facilitava a localização das suas forças militares pelos norte-americanos (aliados militares da Inglaterra).

O jogo das rivalidades inter-regionais também foi usado pelas potências durante a Guerra das Malvinas, para evitar a solidariedade latino-americana com a Argentina. Os debates parlamentares na Inglaterra revelaram detalhes do apoio logístico fornecido

pelo Chile à frota britânica durante a guerra, que também realizou pousos em Porto Alegre, Brasil. Mas o antigo projeto político pan-americano de integração regional sob hegemonia norte-americana preconizado pelos Estados Unidos parecia ter entrado em colapso no momento em que eclodiu a Guerra das Malvinas.

"ABERTURA" e crise no Brasil

A sorte dos regimes militares do Cone Sul parecia selada, pois careciam de apoio interno (em 1981 tinha fracassado também o plebiscito promovido pela ditadura uruguaia para reformar a Constituição, num sentido continuísta) e seu sistema de relações internacionais entrara em colapso com a guerra do Atlântico Sul. Também fracassou o plebiscito de reforma institucional promovido por Pinochet; em 1983, depois das eleições de outubro, os militares argentinos cederam o poder ao vencedor (Raul Alfonsín, da UCR); e em 1984 explodiria, no Brasil, a campanha pelas "Diretas Já", que fora precedida de uma intensa luta social e política.

Em 1977, foram organizadas as campanhas pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e por uma Constituinte Livre e Soberana. Tais campanhas acabam aglutinando diferentes setores da oposição brasileira e ampliando as conquistas democráticas. O ano de 1977 assistiria ainda a manifestações operárias contra a ditadura militar. Foi um momento de intensa atividade política e sindical, que se estendeu até, praticamente, maio de 1978. Na arena sindical, tudo começou com a farta divulgação que a imprensa fez do "erro de cálculo" da taxa inflacionária de 1973. A partir de dados fornecidos pelo BIRD, se comprovava que a taxa de inflação no Brasil em 1973 foi de 22,5% e não de 14,9%, como o governo brasileiro havia divulgado. O próprio ministro da Fazenda, Roberto Simonsem, acabou reconhecendo publicamente o erro. A partir daí, em todos os estados, os sindicatos detonaram uma ampla campanha para tentar repor as perdas salariais. As palavras de ordem eram: reposição salarial, no plano econômico, e o fim da ditadura militar, no campo político.

Os metalúrgicos de todo o país realizaram grandes assembleias. No ABCD as concentrações operárias reuniram milhares de trabalhadores. Mobilizações ocorreram em Osasco (SP), Niterói (RJ), Rio de Janeiro, Minas Gerais etc. Os tempos eram de luta. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista assim expressava a expectativa de mudança:

O sindicalismo brasileiro parece querer despertar de sua inércia, voltando a exercer sua função fundamental que é a de unir os trabalhadores na luta pelos seus direitos. A liberdade sindical ainda não existe, ainda não se exerce a negociação livre entre patrão e empregado, mas já se percebem sinais positivos neste sentido. Anunciam-se mudanças, prevêem-se modificações importantes no sistema político do país, e nós trabalhadores precisaremos estar incluídos, nossa voz precisará ser ouvida.

No 1º de abril de 1977, o presidente Geisel decretou o fechamento temporário do Congresso (Ato Complementar número 102), assinou a Emenda Constitucional número 8, e seis decretos-lei de outorga de reformas políticas. Em junho seriam cassados os mandatos dos deputados Marcos Tito, do MDB de Minas Gerais e Alencar Furtado, do MDB do Paraná. Mas, por outro lado, o presidente Geisel iria exonerar o ministro do Exército Sylvio Frota, partidário da continuidade da linha mais dura (a 12 de outubro). Já em novembro, o Supremo Tribunal Militar aprovou por unanimidade documento pedindo às autoridades que tomassem a iniciativa de apurar, pela justiça militar, as denúncias feitas contra acusados de crimes. E no início de dezembro o presidente prometeu "o fim das leis de exceção", na realidade do Ato Institucional número 5, e sua substituição por "salvaguardas constitucionais".

É dentro desse quadro de instabilidade que avançaram as lutas operárias; em um momento em que a luta pela Anistia se intensifica, ganhando ampla adesão popular. A ditadura ainda não estava derrotada, mas sua superação se mostrava possível por meio da ampliação do movimento operário e popular. O ano de 1978 marcou o fim das ilusões na boa vontade do governo e dos patrões em reporem o confisco salarial de 1973. O líder sindical Lula declarou:

Depois de sete meses, cheguei lamentavelmente à conclusão de que a classe empresarial não quer negociar com seus trabalhadores, mas tirar a sua força física, até a última gota de suor. Por isso está na hora de deixar o diálogo de lado e partir para a exigência. Sem medo de nada.

O período será marcado pelo reviver das ondas grevistas. Em todo o país, as palavras de ordem eram "braços cruzados, máquinas paradas".

Nas análises tradicionais, que desconsideram a importância do movimento operário e popular na democratização brasileira, a CNBB (Confederação de Bispos), a OAB (Ordem dos Advogados), a ABI (Associação da Imprensa) e os grupos organizados no MDB desempenharam o papel decisivo. Eles ampliaram o espaço político, enfrentando o Estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade e questionando a legitimidade do "Estado de Segurança Nacional". Esses setores também colaboraram para bloquear as tentativas de reinstaurar medidas coercitivas. Suas exigências eram o desmantelamento do aparato repressivo, a elaboração de uma nova Constituição e a modificação do modelo econômico.

Mas em 1978 multiplicam-se as greves e as manifestações públicas, em todo o país, com destaque para o ABCD paulista, contra o regime e sua política econômica. O governo tentou levar a política de "Abertura" também para dentro do movimento operário e popular, e, não con-



O presidente Geisel adotou medidas arbitrárias como o fechamento temporário do Congresso, mas demitiu Sylvio Frota, o ministro do Exército partidário da "linha-dura".

seguindo êxitos, passou à outra peça de sua política: a repressão aberta. Interveio nos sindicatos, cassou líderes e dirigentes, tentou destruir a organização então existente, que fora construída paciente e silenciosamente durante os longos anos de arbítrio. Os resultados foram sérios prejuízos para o movimento sindical: buscava-se a sua completa desarticulação.

O NOVO sindicalismo

Nessa fase, o fortalecimento das oposições sindicais é um dos elementos essenciais para se compreender a emergência do chamado sindicalismo combativo como personagem coletivo, na luta contra a ditadura no Brasil. Estruturadas a partir de um trabalho de base, por intermédio da criação de comissões de fábrica, as oposições passaram a ter um reconhecimento efetivo e a propor alternativas consistentes para o desenvolvimento das lutas operárias. O trabalho silencioso realizado a partir dos locais de produção teve um peso significativo na detonação da onda grevista de 1978, que questionava não apenas a política econômica, mas o próprio caráter ditatorial do governo.

A greve dos metalúrgicos de São Paulo, em novembro de 1979, se deu em um quadro bem diferente das greves anteriores. O governo do general Figueiredo tinha baixado a nova lei salarial com o objetivo de tornar mais difíceis os movimentos grevistas. O governo tinha reelaborado também todo seu esquema de repressão às greves, procurando combinar certas manobras políticas para isolar os operários grevistas com uma nova dureza policial, voltada principalmente contra os operários mais ativos e organizados.

A tática da "Abertura", adotada pelo general Figueiredo, com a anistia e uma liberdade maior de atuação política, já tinha produzido também certos efeitos no movimento operário e sindical, levando ao realinhamento de forças, com a aproximação das correntes conciliadoras, procurando isolar as oposições sindicais e interromper os movimentos grevistas. Foi neste quadro, porém, que os operários de São Paulo conseguiram desencadear e susten-

tar, por mais de uma semana, um amplo movimento grevista, combinando-o, além disso, com manifestações políticas sem precedentes na era da ditadura.

A última grande manifestação contra o regime em 1979 foi o movimento grevista desenvolvido pelos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos. Em São Paulo e Guarulhos a greve se baseou na organização de comandos preparados e dirigidos pelas oposições sindicais e a estruturação de grandes piquetes. Os grevistas sofreram violenta e permanente repressão policial, diretamente comandada pelo governador paulista Paulo Maluf, com agressões físicas, prisões em massa e o assassinato do líder metalúrgico Santo Dias.

Em 1980, desde o dia 1º de abril até o dia 11 de maio – perfazendo um total de 41 dias – ocorreu a greve mais significativa, a dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, marcando historicamente todo um período das lutas populares e sindicais. Foram dias de permanente tensão em que se produziram não apenas centenas de cartazes, livretos, boletins, panfletos contra a política econômica e social da ditadura militar, mas, principalmente, reuniões, passeatas e manifestações políticas dos trabalhadores; ações repressivas das forças do regime militar que, utilizando-se de helicópteros do Exército, conduzindo soldados armados com metralhadoras, sobrevoavam as maciças assembléias realizadas no Estádio de Vila Euclides, com o intuito de intimidar seus participantes. A pressão patronal, nos órgãos de comunicação de massa, publicava anúncios intimidadores e divulgava mensagens em cadeia nacional de televisão.

Houve também a intervenção estatal no Sindicato dos Metalúrgicos, repressão violenta aos trabalhadores, proibição de utilização de espaços públicos para realização de assembléias, o que fez com que estas passassem a ser realizadas na Praça da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo. Com o aumento da repressão cercado os trabalhadores e, simultaneamente, expulsando-os de tal praça, as assembléias passaram a ser realizadas no interior da igreja. Mesmo com seus principais dirigentes sindicais presos e envolvidos num clima de intensa e permanente pressão, os metalúrgicos continuavam paralisados – recebendo manifestações de

solidariedade produzidas em todo o país. Por sua vez, como o sindicato estava sob intervenção, passaram a centralizar todas as suas atividades no Fundo de Greve que, assim, transformava-se no grande sustentáculo e ponto de referência do movimento.

Como em 1979, os metalúrgicos de São Bernardo e cidades vizinhas reuniram-se no estádio de futebol para discutir a greve e votar sobre questões de planejamento e execução. Quando o estádio e a sede do sindicato foram cercados e ocupados por tropas militares, a igreja novamente ofereceu instalações para as assembleias. Como acontecera em 1979, a sede do sindicato de São Bernardo transferiu-se para o pátio da catedral da cidade. Dessa vez, a reação do Estado foi rápida e decisiva. Já fora tomada decisão de acionar toda a força do aparato repressivo. A greve não seria considerada como movimento por melhores salários e condições de trabalho e liberdade de organização sindical, pois o governo já classificara os metalúrgicos como sendo um grupo de “pressão” – um segmento do “inimigo interno” que devia ser destruído. O governo proibiu as empresas de negociar com os grevistas, ameaçando com a retirada de créditos e benefícios fiscais àquelas que desafiassem suas ordens.

A greve dos metalúrgicos de 1980 deixava visível a natureza da “Abertura política” do regime militar. A pressão popular organizada não seria tolerada. O estado de São Paulo foi colocado sob o comando do Segundo Exército, cujo general comandante tornou-se virtual governador durante este período, com um virtual “estado de emergência”. Tropas militares ocuparam as cidades afetadas pela greve, inclusive grande parte da Grande São Paulo, e manobras militares foram realizadas pela Polícia Estadual, a Polícia Militar e o Exército, sob o comando conjunto do Segundo Exército.

As ações obedeceram a diretrizes traçadas nos manuais de treinamento da ESG (Escola Superior de Guerra): total mobilização do Exército, ocupação de locais estratégicos, ataques conjuntos a concentração de manifestantes e detenção das principais lideranças – em verdadeiras operações de seqüestro – onde quer que estas se encontrassem. Líderes grevistas foram arrancados à força das assembleias em igrejas e dos carros de deputados e senadores de oposição. Advogados ligados à Igreja – como o então

presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, José Carlos Dias, e o jurista Dalmo Dallari – também foram detidos sem mandato. Na *blitz* contra os metalúrgicos em greve, os militares utilizaram armas pesadas, veículos blindados e helicópteros do Exército em apoio a tropas de infantaria e da Polícia Militar. Presos, os líderes da greve foram mantidos incomunicáveis.

Para a ditadura tratava-se de transformar o movimento grevista em um problema de segurança nacional. Fez de uma cidade de operários um campo de guerra; fez trabalhadores sentirem-se vivendo em terra ocupada. Além da mobilização do imenso aparato policial-militar e jurídico-político, o governo estabeleceu que os metalúrgicos estavam “contaminados” pela política, por idéias exóticas, estrangeiras. Voltava a tese de que a sociedade civil, nesse caso representada pelos metalúrgicos e os que colaboravam com eles, estava “infiltrada”.

Segundo membros da tecnocracia governamental “uma infinidade de correntes políticas marxistas através de seus elementos dão apoio de toda a natureza” ao movimento dos metalúrgicos, “incentivando a continuidade da greve e conseqüentemente ao desrespeito às leis e à decisão da Corte de trabalho”. Falando sobre a mobilização dos metalúrgicos, um membro do governo afirmava que

nada acontece de importância no Brasil onde não haja a mão do movimento comunista internacional, que aspira o domínio do mundo... uma greve da importância da dos metalúrgicos, mobilizando milhares de trabalhado-



O movimento operário e popular fez germinar a possibilidade de democracia por todo o país. A foto mostra metalúrgicos reunidos em assembleia, março de 1979.

res, a classe trabalhadora mais bem organizada do País, não poderia ficar imune à ação do movimento comunista internacional.

Para os governantes, tratava-se de vencer tanto as lideranças como a capacidade de luta do conjunto da categoria dos metalúrgicos, vencê-los de modo exemplar. A estratégia do governo era eliminar os “subversivos e radicais”, caracterizando-os como o “inimigo interno”. Entretanto, tinha de enfrentar também a Igreja Católica, que tinha sustentado o golpe militar em 1964, mas desta vez defendia publicamente a legitimidade da greve, questionando as leis de exceção do Estado.

Diante da ação política da classe operária, da ampliação da solidariedade social que esta era capaz de atrair para a sustentação de sua movimentação, desnudava-se, cada vez mais, para amplos setores da população, o caráter ditatorial do regime vigente.

Organizou-se um fundo de greve, apresentando-se voluntários para a coleta de apoio material às famílias dos grevistas. Sua sede foi instalada na Catedral de São Bernardo do Campo. Dinheiro e gêneros coletados em todo o país não deixaram de ser enviados a São Bernardo do Campo. Os metalúrgicos formavam longas filas em torno da igreja para receber semanalmente seus pacotes. O fundo de greve distribuiu, segundo se estimou, seis toneladas de alimentos por semana, durante as seis semanas de duração da greve. Bloqueios em todos os bairros impediam que os “fura-greves” saíssem de casa para as fábricas. Com isso, foi possível levar adiante sem piquetes uma greve de 200 mil trabalhadores, que marcou o início de uma nova época no desenvolvimento do processo político brasileiro em que a questão da democracia foi recolocada pelos trabalhadores de uma forma surpreendente.

AS “TRANSIÇÕES democráticas”

A “Abertura”, o “Novo pacto social”, a “Democratização” de cima para baixo, tudo isso foi desmascarado pela greve e pelos mecanismos de organização política implementados pelo movi-



Manifestação a favor da democracia e das eleições diretas – Diretas Já –, 25 mil pessoas reunidas no Anhangabaú, em São Paulo.

mento operário e, ainda, pela maneira como o governo militar e os empresários atuaram no episódio. Depois dessa experiência, a criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1983, acrescentou um novo fator de crise do regime e de organização popular e operária independente: embora a campanha popular pelas eleições diretas para presidente, no ano seguinte, não atingisse seu objetivo, foi suficiente para quebrar a base política do regime militar (a Arena, já tornada PDS, Partido da Democracia Social) o que levou um setor do partido governista, chefiado por José Sarney, a aliar-se com a oposição “emedebista”, resultando na eleição para presidente, no Colégio Eleitoral, composto pela Câmara e o Senado (ou seja, em eleições indiretas) de Tancredo Neves (PMDB).

O falecimento de Tancredo Neves antes da posse cedeu a presidência a Sarney, político surgido do próprio regime militar. Assim, no meio da crise, o regime militar-arenista garantiu a sua continuidade essencial na titularidade do poder político, o que

se viu reforçado com a eleição, em 1989 e por via direta, pela primeira vez em quase trinta anos, de outro político oriundo do regime armado: o aventureiro Fernando Collor de Mello. Este, por sua vez, já em plena “democracia”, protagonizaria um dos episódios mais ridículos da história política contemporânea da América Latina, quando seu governo – teatro de uma corrupção inédita e delirante – foi derrubado por *impeachment* parlamentar, dois anos depois da posse.

As “transições democráticas” – passagens de regimes militares para regimes democratizantes – resultaram, portanto, da virada política dos Estados Unidos combinada com a crise de dominação política das próprias ditaduras. No caso extremo e tardio do Chile, até o empresariado pinochetista considerou mais vantajoso votar “não” no plebiscito ditatorial convocado por Pinochet. Os Estados Unidos e o empresariado local favoreceram os regimes democratizantes como um recurso de emergência perante a falência dos regimes militares.

A crise econômica mundial afundou as ditaduras militares que procuraram inaugurar uma fase de desenvolvimento econômico e impôs a necessidade da substituição desses regimes. Em todas as crises militares da Argentina democrática pós-1983, quando militares direitistas da antiga ditadura (os *carapintadas*) entraram em atrito profundo com o governo civil de Alfonsín, o governo Reagan e os governos europeus apoiaram o governo civil. Na situação de crise econômica mundial, só os que procuravam governar com as oposições na ordem constitucional poderiam sustentar o Estado e continuar a pagar a dívida externa. Portanto, pode-se dizer que nenhum dos novos regimes foi resultado de um desenvolvimento democrático genuíno das classes dominantes. Na Constituinte brasileira, por exemplo, os cinco anos de mandato para Sarney (constitucionalmente só se previam quatro) foram obtidos graças a uma fortíssima pressão organizada pelos empresários ligados à ditadura militar e pelos próprios militares.

Em caso algum, a mudança de um regime militar para um regime civil significou verdadeiramente a implantação de uma de-

mocracia política, mas a fachada constitucional para um conjunto de instituições que tinham sua origem na ditadura militar. Os compromissos internacionais estabelecidos no período ditatorial foram respeitados pelos governos emergentes dos processos democráticos, em especial a dívida externa. A continuidade institucional dos regimes democratizantes com os regimes militares foi clara: no Brasil, os militares garantiram sua participação orgânica direta no governo, nos ministérios militares (só extintos em 1999); no Chile, a oposição (incluídos o Partido Comunista e o Partido Socialista) aceitou governar com base na Constituição pinochetista de 1980 e garantir 8 anos de mando de tropa para os comandantes designados por Pinochet; no Peru, a Constituinte legislou sob o governo militar de Morales Bermúdez (e condicionada por este); no Uruguai, o governo civil se baseou no “Pacto do Clube Naval”, que garantiu a impunidade militar, reforçada em plebiscito; na Argentina, as crises militares foram aproveitadas pelos governos civis para inocentar os genocidas militares por meio das leis de “ponto final” e de “obediência devida”; no Paraguai, a mudança de regime nem sequer transcendeu os limites familiares, pois o general “democrata” Andrés Rodríguez, que substituiu a ditadura, era parente direto do ditador Stroessner.

A ruptura mais aparente aconteceu na Argentina, onde as Juntas Militares foram submetidas a julgamento público em 1985 e condenadas à prisão. As testemunhas que conseguiram depor deram conta de uma verdadeira galeria de horrores, inimagináveis até para as mentes mais doentias: os testemunhos foram interrompidos por ordem do presidente Alfonsín (o depoimento de todas as testemunhas iria comprometer praticamente toda a oficialidade em crimes contra a humanidade). Sentados no banco dos réus estavam os comandantes que ocuparam o poder entre 1976 e 1983: Jorge Rafael Videla, Emilio Eduardo Massera, Orlando Ramón Agosti, Roberto Eduardo Viola, Armando Lambruschini, Omar Graffigna, Leopoldo Fortunato Galtieri, Jorge Isaac Anaya e Basilio Lami Dozo. Depois de cinco meses de audiências, cinco dos nove ex-comandantes foram condenados – dois deles à prisão perpétua (Videla e Massera).

As leis posteriores – “ponto final” e “obediência devida” – praticamente inocentaram, por decreto presidencial encampado pelo Parlamento, todos os criminosos cúmplices, usando a cúpula militar condenada como álibi e bode expiatório, enquanto os comandantes cumpriam sua “pena” em cômodas “prisões” militares à beira-mar. O sucessor de Raúl Alfonsín, Carlos Menem, completou o trabalho ditando o indulto dos chefes militares condenados, por decreto presidencial: os ditadores só permaneceram na “prisão” até 1990.

A política “democratizante”, além disso, não foi o contrário do intervencionismo militar: foram os “democratas” bolivianos que admitiram a intervenção de forças policiais dos Estados Unidos no país, sob pretexto de combate ao tráfico de drogas. O mesmo pretexto foi usado para o bloqueio naval da Colômbia, em 1989; para reforçar o cerco militar a Cuba e invadir a ilha de Granada; para militarizar como nunca a América Central, através do envio de tropas a Honduras e El Salvador e, em caso extremo e exemplar, invadir o Panamá com os *marines*, em 1990, com centenas de mortes... para impor um governo “democrático”, resultante de eleições.

O BALANÇO ausente

Na América Latina, o militarismo desenvolveu-se a ponto de entrar sistematicamente em contradição com a ordem constitucional originada no período de formação das nações; ordem que não previa (nem conhecia) o fenômeno militarista. A base do desenvolvimento deste não foi jurídica, mas econômica, social e política. Analisando a crise em que entraram os processos militares na América Latina, não se deve perder de vista que, se o exército conseguiu emancipar-se em grande medida do controle das classes dominantes, ele nunca conseguiu emancipar-se totalmente delas. Os processos de crise militar tiveram a sua especificidade, mas não foram autônomos.

Para Eder Sader

a internacionalização do processo de produção industrial constitui um complexo de transformações das condições de acumulação na América Latina,

que está na origem do que se convencionou chamar “novo modelo de acumulação”, e que precede os “novos regimes militares”.

Para o sociólogo paulista, estes surgiam, em condições de crise revolucionária real ou potencial, “como defensores do regime capitalista em sua totalidade, apoiados pelo conjunto da classe dominante”.

Não se deve esquecer também que as ditaduras militares da década de 1970 do apoio (ou neutralidade benevolente) dado por uma parcela significativa das classes médias, e da cumplicidade de boa parte dos “formadores de opinião” (em especial nos meios de comunicação. Não poucos dos “democratas” de hoje se recrutam entre os “anti-subversivos” defensores da “segurança nacional” de décadas passadas). É também preciso lembrar da facilidade com que nazistas de carteirinha se integraram aos regimes militares, inclusive no primeiro escalão.

O balanço econômico dos regimes militares, em especial a partir da década de 1970, é de retrocesso quando não de desastre. Em nome da “liberdade de empresa” foi promovido o sucateamento do parque industrial estatal – e uma política econômica que foi destruindo toda a indústria nacional – sem que surgisse um novo setor industrial “de ponta”, competitivo no mercado mundial. O resultado geral foi um empobrecimento inédito das populações, submetidas a taxas de desemprego que oscilam entre 25% e 50% em países como Chile, Argentina e Bolívia, e a destruição progressiva dos serviços públicos. Em nome da “segurança nacional” promoveu-se a insegurança geral das nações e suas populações.

No Chile, depois de quase duas décadas de “modernização” pinochetista, a pauta das exportações continuava composta em mais de 90% de produtos primários (matérias-primas). A Argentina foi praticamente desindustrializada pelo regime militar, cuja política econômica foi confiada a agentes dos organismos financeiros internacionais. A destruição de setores inteiros das economias nacionais – em especial na Bolívia, Peru, Colômbia – levou a que aquelas encontrassem um eixo de reciclagem na produção e exportação de drogas (em finais da década de 1980, por exem-

plo, as exportações tradicionais de estanho rendiam à Bolívia 70 milhões de dólares anuais, enquanto o narcotráfico produzia 600 milhões, ou seja, quase dez vezes mais). O “combate ao narcotráfico” começou a ser utilizado, desde meados da década de 1980, no final da “era das ditaduras”, como *leitmotiv* da reconstituição de um “sistema de segurança continental”, comandado pelos Estados Unidos – que não só promoveram já diversas intervenções militares e policiais diretas na região sob aquele pretexto, como também vêm constituindo uma inédita jurisprudência interna avassaladora da soberania nacional da América Latina.

A LUTA contra a impunidade

A luta contra a brutalidade das ditaduras fez surgir movimentos de um dinamismo e heroísmo inéditos. Na Argentina, já nos referimos às Mães de Praça de Maio, resta-nos ainda um comentário sobre as *Abuelas de Plaza de Mayo* (Avós da Praça de Maio) e os *Hijos – Hijos por la Identidad, por la Justicia contra el Olvido y el Silencio da Argentina* (Filhos pela identidade, pela justiça contra o esquecimento e o silêncio da Argentina). A primeira tem sua origem ainda no final dos anos 1970 e desenvolve um conjunto de ações com o objetivo de encontrar e identificar as crianças seqüestradas durante a última ditadura militar argentina. As crianças que não foram assassinadas, foram entregues para adoção em processos permeados por ilegalidades e violências. A segunda, formada a partir de 1994, é hoje, indubitavelmente, uma das mais ativas. Constituindo, efetivamente desde 1998, como ação os *escraches* (denúncias públicas e barulhentas de torturadores e assassinos conhecidos que se encontram em liberdade), os *Hijos* têm promovido mudanças significativas.

Compostos basicamente por mulheres, esses movimentos fazem emergir a denúncia às arbitrariedades dos governos militares golpistas. Querem a reconstituição das trajetórias políticas e pessoais de seus familiares, querem a História passada a limpo, lutam pela reparação, tendo como suportes o não-esquecimento e o fim da impunidade. Em todos os casos, a luta dessas mulheres

insere-se no espaço público. Nos arquivos, nas ruas, nos Congressos Nacionais, nas escolas, onde são chamadas a estar, conduzem suas denúncias e reiteram o direito aos seus mortos/desaparecidos e, em especial, à responsabilização política dos Estados em relação a esses crimes.

No Brasil, o grupo *Tortura Nunca Mais* publicou o resultado de suas discussões e busca caracterizar-se como um organismo de Direitos Humanos desde 1987. Entre seus membros estão, basicamente, ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos que se mantêm associados em diferentes regiões do país.

As mulheres que participam desses movimentos compõem uma rede, no campo dos movimentos sociais, pelo não-esquecimento. Em toda a América Latina, constituem o maior movimento feminino da história do continente:

mãe argentina: 30 mil desaparecidos (entre eles 400 crianças); mãe guatemalteca: 50 mil filhos desaparecidos; mãe salvadorenha: 5 mil filhos desaparecidos; mãe chilena: 2.500 filhos desaparecidos; mãe brasileira: 144 filhos desaparecidos; mãe latino-americana: 90 mil desaparecidos.

A impunidade tem conseqüências até hoje. Em maio de 2001, o chefe do Exército Argentino, general Ricardo Brinzoni, foi denunciado na Justiça Federal por sua participação – em 1976 – no chamado Massacre de Margarita Belén, em que 22 presos políticos foram executados sumariamente. Já os ex-presidentes do CELS, Augusto Conte e Emilio Mignone, pais de desaparecidos, tinham denunciado, em 1984, os militares que estavam para ascender, entre eles Brinzoni:

Se não insistimos foi porque a justiça impôs uma ordem hierárquica para os processos. Primeiro foi processado Videla como comandante-em-chefe, depois seguiu com os chefes do Corpo II do Exército, generais Ramón Díaz Besone e Leopoldo Galtieri. Antes que pudéssemos chegar na hierarquia de Brinzoni e os demais executores, sancionou-se a lei de obediência devida.

disse Mirta Clara, cujo esposo, Néstor Carlos Salas, foi assassinado. Em 1984, quando o procurador Julio César Strassera pediu em julgamento público a condenação dos comandantes da ditadura militar, disse:

A partir deste julgamento e da condenação que proponho cabe-nos a responsabilidade de fundar uma paz baseada não no esquecimento, mas na memória, não na violência, mas na justiça.

O defensor de Brinzoni era um notório neonazista, o qual ele já tinha tentado nomear para um cargo oficial...

No Uruguai, o número “menor” de casos criminosos não altera o cinismo oficial que garante a impunidade. Um desses casos é o de Simón Riquelo, que foi seqüestrado e “desaparecido” por membros do exército uruguaio, quando só tinha vinte dias de vida, durante a detenção de sua mãe, a cidadã uruguaia Sara Méndez, em um centro secreto na Argentina. Depois de 25 anos e de numerosos processos judiciais sem resultados, Sara Méndez continua sem conhecer o paradeiro do seu filho. A Anistia Internacional denunciou que a “Lei de Caducidade da Prevenção Punitiva do Estado” impede que o direito à verdade seja satisfeito e permite que a impunidade persista, em franco desafio à obrigação internacional do Estado de investigar os fatos e julgar os responsáveis. O conceito de “pacificação nacional” – disfarce da impunidade – também foi esgrimido pelo governo de Julio César Sanguinetti, em 1986, ao tentar justificar tal lei.

A exposição de motivos do projeto de lei referia-se ao “propósito e esperança de atingir a completa pacificação do país”. Um claro exemplo dessa posição é a do ex-vice-presidente uruguaio Enrique Tarigo:

Um país não pode parar para reclamar o que talvez não se pode esclarecer. Porque os que sabem não vão dizê-lo. Que se pode fazer? Vamos submetê-los à tortura para que digam onde estão os desaparecidos?

Esta lógica inacreditável (já que não podem ser torturados, é melhor não julgá-los, nem investigar nada, ainda que isso signifique deixar uma mãe para sempre separada do seu filho e deixar livres torturadores e assassinos em série) foi exposta por um titular civil do Estado uruguaio, no jornal *El País*, de 25 de novembro de 2000.

Nesse quadro geral, o ex-torturador (ex?) e assassino Aníbal Etchecolatz qualificou como “um tratamento” as torturas que apli-



A luta contra a brutalidade das ditaduras fez surgirem movimentos dinâmicos que denunciam as arbitrariedades dos militares golpistas. Nesta foto, protesto recordando as vítimas de Pinochet, com milhares de cruzes brancas, em frente ao Parlamento em Londres.

cou no atual deputado argentino Alfredo Bravo, e disse que “teria sido um privilégio” violentar uma mulher, antes de ser detido, acusado pela apropriação de filhos de desaparecidos uruguaio. O ex-general Guillermo Pajarito Suárez Mason está também detido no processo que julga o plano sistemático de roubo de bebês durante a ditadura argentina: “Nos solidarizamos com todos aqueles que lutaram claramente para que nossa bandeira nacional não fosse substituída por um pano vermelho”, dizia o panfleto que distribuía os defensores de Etchecolatz, a *Agrupação Custódia*, que age livre e publicamente.

A Equipe Argentina de Antropologia Forense cumpriu um papel fundamental ao localizar alguns corpos de uruguaio desaparecidos na Argentina. O juiz federal Gabriel Cavallo ditou o processo e prisão preventiva do suboficial aposentado da Polícia Federal Julio Héctor Simón, *El Turco Julián*, por “crimes contra a humanidade”, não sujeitos a prescrição nem anistia. O advogado defensor de Simón é Pedro Bianchi, um *expert* em criminosos acu-

sados em processos contra a humanidade, que também assistiu o nazista Erich Priebke, descoberto e preso na década de 1960 na Argentina e condenado na Itália. Cavallo declarou nulas, inválidas e inconstitucionais as leis de “ponto final” e de “obediência devida”, por solicitação do Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS). Em virtude dessa decisão processou Simón também pelo desaparecimento dos pais de uma jovem, que hoje tem 23 anos e recuperou sua identidade. É a primeira vez que a justiça argentina processa um executor da “guerra suja” por crimes contra a humanidade.

Simón, por exemplo, atuava no *Olimpo*, uma dependência da Polícia Federal, subordinada ao Exército:

Contava com uma infra-estrutura para manter na clandestinidade muitas vítimas da repressão ilegal: celas, chuveiros, latrinas, cozinha, enfermaria etc. Também salas especiais para a aplicação da tortura, conhecida como *quirófano* (literalmente: sala de cirurgias), e outras para efetuar os interrogatórios (sala de situação ou de inteligência),

disse Cavallo. Durante as sessões de tortura, Simón usava um chuveiro com a suástica e fazia os detidos ouvirem marchas nazistas, cujas letras, Gertrudis Hlaczik, seqüestrada de origem alemã, era obrigada a traduzir em voz alta. Simón “especializou-se” também em bater nos detidos com correntes e depois aplicar-lhes água salgada nas feridas.

A impunidade foi o elemento-chave da continuidade institucional das ditaduras no período “democrático” posterior. Este acrescentou uma nova vergonha à história nacional dos países sul-americanos: os processos visando a restaurar a justiça mais elementar em relação aos genocídios perpetrados pelas ditaduras tiveram de ser encaminhados por tribunais de países europeus, como os da Inglaterra (no caso de Pinochet) ou da Espanha (no caso dos torturadores e genocidas argentinos, devido às dezenas de espanhóis que foram assassinados e “desaparecidos” pelos militares platinos). Só um quarto de século depois dos fatos, os tribunais sul-americanos se renderam à jurisprudência elementar de que os crimes não prescreveram no caso do desaparecimento de pessoas (pois não existe o corpo) ou do roubo de bebês (pois

os efeitos do crime continuam vigentes): a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas estabelece que “o delito de desaparecimento forçada de pessoas deve ser considerado permanente enquanto não for estabelecido o destino da vítima”.

Já em 2001, os advogados do primeiro processo “global” contra a Operação Condor advertiram sobre a tentativa de obstrução dos seus trabalhos, diante da falta de respostas por parte da *Dirección Nacional del Banco de Datos Genéticos* da Argentina. Uma dessas obstruções refere-se à petição relativa ao cruzamento de dados relacionados a menores roubados, incluído o caso de Sara Méndez.

O advogado Martín Almada, descobridor dos chamados *Archivos del Terror* da ditadura paraguaia, em dezembro de 1992, que revelaram as provas sinistras da “Condor”, deu novos nomes de implicados nessa coordenadoria repressiva, além dos mais conhecidos responsáveis, como Augusto Pinochet ou Manuel Contreras, do Chile; Alfredo Stroessner e Benito Gunaes Serrano, do Paraguai; Jorge Rafael Videla e Guillermo Suárez Mason, da Argentina; Julio Vapora e José Gavazzo, do Uruguai; ou o ex-ditador boliviano Hugo Bánzer, em 2001 presidente de seu país pelas urnas! Almada assinalou que a chamada “Reunião de Inteligência” realizada na capital do Chile em dezembro de 1975, citada como a primeira da “Condor”, foi na verdade a formalização de um convênio de cooperação quando o plano “já estava em pleno funcionamento”.

IMPUNIDADE à brasileira

No Brasil, a questão foi tratada na Lei nº 9140, de dezembro de 1995, que reconheceu como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação – ou acusação de participação – em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e também deu conta das outras providências (indenizações aos familiares). A atuação da Comissão de Familiares foi importante e ainda há muito a se dizer sobre sua atividade: a

descoberta de cadáveres enterrados clandestinamente no Cemitério de Perus (São Paulo) em 1990, a ida ao Araguaia para conseguir pistas dos mortos da guerrilha e muitas outras ações.

Em 29 de maio de 1994, como resultado do Encontro Nacional de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e dos grupos *Tortura Nunca Mais*, deliberou-se pela redação de uma carta aberta, que tinha como objetivo estabelecer um compromisso às reivindicações dos signatários. Tais reivindicações, a partir de um breve histórico da luta das entidades constituídas, expressavam:

1. O reconhecimento público e formal do Estado Brasileiro de sua responsabilidade plena e total pela prisão, tortura, morte e desaparecimento de opositores políticos entre 1964 e 1985;
2. A imediata formação de uma Comissão Especial de Investigação e Reparação, no âmbito do Executivo Federal, constituída por representantes do Ministério Público, do Legislativo, da OAB, dos familiares dos desaparecidos e dos grupos *Tortura Nunca Mais*, com poderes plenos para investigar, convocar testemunhas, requisitar arquivos e documentos e exumar cadáveres, com os objetivos de esclarecer cada um dos casos de mortos e desaparecidos políticos ocorridos no Brasil de 1964 a 1985 e determinar reparações;
3. O compromisso de não indicar para cargos de confiança pessoas implicadas nos crimes da ditadura e de afastá-las do serviço público;
4. O compromisso de abrir irrestritamente os arquivos da repressão política existentes sob sua jurisdição;
5. O compromisso de anistiar plenamente cidadãos vítimas da ditadura, e reparar os danos causados a eles e a seus familiares;
6. A edição da Lei incriminadora assegurando o cumprimento do artigo 5º, parágrafo III, da Constituição Federal que proíbe a tortura e o tratamento desumano e degradante;
7. A desmilitarização das Polícias Militares estaduais e sua desvinculação do Exército;
8. A extinção da Justiça Militar para crimes civis e a incorporação do projeto Hélio Bicudo submetendo nesse ínterim os crimes de policiais militares à Justiça Comum;
9. O desmantelamento de todos os órgãos de repressão política;
10. A extirpação da Doutrina de Segurança Nacional.

Sancionada no ano seguinte à divulgação dessas reivindicações, a Lei 9.140 foi acompanhada de uma exposição de motivos

por parte dos ministros da Justiça, da Fazenda e do Planejamento e Orçamento do governo Fernando Henrique Cardoso: em toda ela os termos *consenso*, *reconciliação* e *pacificação nacional* constituem o elo argumentativo. Nessa explicação, a Lei de Anistia de 28 de agosto de 1979, sancionada pelo general João Figueiredo, é marco cronológico e, o que é mais sério, político. Afirma-se:

2. Trata-se de proposta destinada a preencher uma antiga lacuna na recente história do País que visa a traduzir a consolidação de sua plena democracia, alicerce maior do Estado de Direito, e norteia-se pela idéia da reconciliação e pacificação nacional desenvolvida a partir da "Lei de Anistia" (nº 6.683, de 28 de agosto de 1979). [...]
- 6.4. A declaração de morte [...] materializar-se-á pelo assentamento de óbito, se essa for a vontade dos familiares, pois nesse Projeto de Lei, salvo a declaração do art. 1º, nada é compulsório ou ex-ofício, (sic) pois todas as possibilidades, nele contidas, dependem que os familiares, por vontade própria, decidam obtê-las. [...]
- 6.12. Frisa-se que o Projeto de lei não tem sentido revanchista. Trilha objetivamente a estreita bitola da reparação legal sem conflitar com a Lei de Anistia que determinou o esquecimento de responsabilidades pessoais. Aliás, o Projeto reafirma expressamente o intuito de reconciliação e pacificação daquela Lei que foi marco fundamental para retornarmos nossa marcha democrática. [...]
8. Estamos convictos, Senhor Presidente, de que, com a presente proposta de lei, estará Vossa Excelência, o Congresso Nacional e toda a sociedade brasileira, encerrando um difícil capítulo de nossa história superando-o com serena firmeza, dignidade e equilíbrio.

Que razão política é a que, ao mesmo tempo, se pretende fundadora e tem como base/marco uma lei da ditadura? No Senado, apresentou-se o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O seu voto foi favorável. Na argumentação dissensual do senador Eduardo Suplicy, leu-se o depoimento de André Herzog, filho de Vladimir:

Não há nada que justifique a tentativa de pôr um ponto final na questão sem esclarecer o que ocorreu, negando-se a apurar as circunstâncias das mortes e torturas. O conhecimento destes fatos não abala a democracia brasileira. Ao contrário, é quando não prevalece a justiça que os princípios democráticos são enfraquecidos. Meu pai e tantos outros lutaram pelo ideal de uma socie-



Na luta contra as forças repressivas do estado militarizado foram mortas mais de uma centena de pessoas: a jovem guerrilheira Aurora Furtado, presa em 1972, torturada por militares, teve o crânio afundado por um torniquete.

mes da *Caravana de la Muerte*. Também ali se argumentou o caráter continuado dos desaparecimentos e se rejeitou a prescrição do delito. Os desaparecidos da ditadura de Pinochet (1973-1990) são quase 1.200 pessoas. Os informes das instituições militares compreenderam só 200 casos, com 151 desaparecidos assassinados por agentes da repressão, cujos cadáveres foram lançados ao mar. Nesses casos, deu-se nome e sobrenome das vítimas, assim como a data em que seus corpos foram jogados no Oceano Pacífico. Uma segunda lista foi formulada, também com nomes e datas, de 29 desaparecidos sepultados em diversos lugares, como terrenos baldios de Cuesta Barriga e no Forte Arteaga, um recinto militar perto de Santiago do Chile.

Do total original de 1.197 desaparecidos (cifra inferior à realidade) consignados no Informe da Comissão de Verdade e Re-

dade democrática, justa e mais igualitária. Lutaram para que possamos escolher nossos governantes e emitir livremente nossas opiniões. Pois que seja apurado como, quando e onde nossos cidadãos foram mortos. Temos que demonstrar um mínimo de compromisso e respeito pelas vidas perdidas.

O projeto, entretanto, saiu do Senado, sem nenhuma modificação, como acontecera anteriormente na Câmara. Em 4 de dezembro de 1995, a “Lei dos desaparecidos” foi sancionada pelo presidente FHC. O esquecimento “institucional” atingiu, no Brasil, as raias da perfeição.

Mas a luta pelo não-esquecimento também dá frutos. No Chile, o juiz Guzmán processou Pinochet pelos cri-

conciliação de 1991, sepultaram-se no início de 1990 os restos de 85 vítimas, 60 das quais foram desenterradas da vala comum do Cemitério Geral de Santiago, conhecida como *Patio 29*: na maioria dos casos ainda não se identificaram os mortos. Funcionários argentinos já estabeleceram que o crime que vitimou o casal Prats em Buenos Aires foi elaborado e ordenado pela mais alta hierarquia da DINA e seu Departamento Exterior – Manuel Contreras, Jorge Iturriaga Neumann, Pedro Espinoza e José Zara Holger – com conhecimento e aval de Augusto Pinochet e cometido pelos agentes dessa organização Michael Townley, Mariana Callejas, Raúl Iturriaga Neumann e Enrique Arancibia Clavel.

No México, o juiz Jesús Guadalupe Luna determinou a extração do repressor (torturador) argentino Ricardo Miguel Cavallo à Espanha. A justiça alemã se dispõe a processar mais de cem denúncias de delitos contra cidadãos alemães na Argentina. A justiça italiana pediu a captura de Rubén Astiz na Argentina, sendo atendida pela justiça desse país. No Brasil, questões como essas estão em aberto.

Conclusão

Maio de 2001: Hebe de Bonafini, presidente das Mães da Praça de Maio, visitou o Brasil a convite, entre outros, do autor desta obra, para um evento universitário e popular acerca dos 130 anos da Comuna de Paris. De volta a Buenos Aires denunciou que, na sua ausência, desconhecidos invadiram sua casa em La Plata, e surraram, amarraram e queimaram com cigarros sua filha, María Alejandra Bonafini, de 35 anos, para depois revirar o lugar e escapar sem levar nada:

Quando cheguei do Brasil, encontrei-a lastimada; perguntei-lhe o que tinha acontecido, e ela me contou como havia sido golpeada... a queimaram com cigarros, lhe fizeram de tudo.

Maria Alejandra contou que

em uma fração de segundo arrebatam a porta, me batem e colocam sobre minha cabeça algo como um capuz. Me levaram para dentro - e eu tentando me defender - e começaram a bater na garganta, na boca e na testa. Começaram a me bater com algo parecido com uma borracha, que é doloroso e não deixa roxos, depois me derrubaram no chão e me arrastaram pelo tapete. Não diziam nada. Depois um deles me jogou na cama e se atirou sobre mim, mas o outro o deteve e disse: "O que você está fazendo... de qualquer jeito ela não vai mais esquecer."

Queimaram o seu braço com cigarros, amarraram-lhe as mãos, enfiaram sua cabeça em uma sacola de *nylon*, e continua-

ram batendo “*muy duro*” em várias partes do corpo até que ela desmaiou. Não houve roubo. Maria Alejandra denunciou que os únicos que trabalham assim são “a polícia, o Exército, os que torturaram e ficaram livres... Não tenho dúvidas de que foi para me amedrontar... para que eu me separe da minha velha”. [...] “escutei um walkie-talkie, um dos desconhecidos disse: ‘Já vamos’. Passaram ao meu lado, me chutaram e me disseram ‘Conta até cem ou morre’”, então se foram.

Ainda está fértil – e prenhe – o ventre que pariu a besta imunda.

Cronologia

- 1895-1896:** os *marines* dos Estados Unidos desembarcam na Nicarágua (Puerto Corinto).
- 1898:** Guerra Hispano-americana, motivada pela questão da independência de Cuba, que se conclui com uma espécie de protetorado dos Estados Unidos na ilha.
- 1902:** secessão do Panamá da Colômbia, motivada pela negativa colombiana ao controle por parte dos Estados Unidos da zona do futuro Canal de Panamá.
- 1906:** Cuba ocupada por tropas dos Estados Unidos.
- 1907-1911:** os Estados Unidos invadem a Nicarágua e Honduras.
- 1908:** os Estados Unidos invadem o Panamá.
- 1912:** novas invasões dos Estados Unidos, em Cuba e no Panamá.
- 1914:** intervenção dos Estados Unidos no México, com ocupação de Veracruz.
- 1915-1934:** ocupação militar norte-americana do Haiti.
- 1916-1925:** o general Pershing (Estados Unidos) intervém no México.
Ocupação da República Dominicana pelos Estados Unidos.
- 1917-1925:** os Estados Unidos ocupam militarmente Cuba, Panamá, Honduras e Costa Rica.
- 1916-1933:** ocupação militar da Nicarágua pelos Estados Unidos, que instalam no poder Anastácio Somoza, dando origem a uma dinastia familiar de presidentes. Em 1934, é assassinado Augusto César Sandino, que encabeçava a resistência.

- 1930:** golpe militar na Argentina derruba o governo civil “radical”. Durante toda a década, sucedem-se golpes militares na América do Sul, em meio à crise econômica mundial.
- 1937:** Getúlio Vargas instaura o Estado Novo no Brasil, suprimindo o Parlamento. Em 1942, o Brasil entra na Segunda Guerra Mundial do lado dos Aliados.
- 1942-1944:** nas conferências inter-americanas de países, os Estados Unidos ameaçam declarar a guerra à Argentina e ao Chile por se manterem neutros na Segunda Guerra Mundial.
- 1943:** em junho, um golpe militar derruba o muito impopular (pois baseado na fraude e na proscrição política) regime civil argentino. No novo regime, o coronel Perón ocupa a Secretaria de Trabalho.
- 1945:** fim do Estado Novo e “redemocratização” do Brasil. O PCB (Partido Comunista do Brasil) é legalizado.
- 1945-46:** vitória do peronismo na Argentina contra a coalizão política encabeçada pelo embaixador norte-americano Spruille Braden.
- 1947:** cassação do registro do Partido Comunista, no Brasil. Começa, no Paraguai, a guerra civil que culminará com a vitória do Partido Colorado e a longa ditadura do general Stroessner.
- 1952:** em abril, na Bolívia, uma insurreição popular derrota a tentativa militar de anular as eleições vencidas pelo MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) – no início da Revolução Boliviana, o exército é literalmente dissolvido.
- 1954:** derrubada do governo nacionalista de Jacobo Arbenz na Guatemala pelas tropas de Castillo Armas, financiadas e armadas pelos Estados Unidos. Suicídio do presidente Getúlio Vargas no Brasil. Alfredo Stroessner se apossa do poder no Paraguai, instaurando progressivamente uma ditadura de bases quase familiares.
- 1955:** um golpe militar, com apoio da Igreja e dos Estados Unidos, derruba o governo de Perón na Argentina.
- 1958:** a queda de Rojas Pinilla, na Venezuela, dá início a um longo “processo democrático”, no qual é derrotada a guerrilha

mais antiga da América do Sul, encabeçada por Douglas Bravo.

Crise entre o Itamaraty e os Estados Unidos, que inscrevem oficiais brasileiros nos seus cursos militares sem consultar o governo civil institucional.

- 1959:** vitória da Revolução Cubana, encabeçada pelo Movimento 26 de Julho de Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara.
- 1961:** fracassa a tentativa de derrubar Castro em Cuba por meio da invasão da Baía dos Porcos, invasão financiada e apoiada pelos Estados Unidos.
- 1962:** ameaça de invasão de Cuba pelos Estados Unidos justificada pela instalação de mísseis soviéticos na ilha, os quais são finalmente retirados pela URSS. Na Argentina, a crise política leva à renúncia do governo civil de Arturo Frondizi e deriva num enfrentamento entre facções do Exército: a vitória dos “azuis” sobre os “colorados” garante as eleições de 1963 (o chefe dos “azuis”, general Juan Carlos Onganía, surge como novo “homem forte”).
- 1964:** golpe militar de Barrientos derruba o governo do MNR na Bolívia. Em abril, as Forças Armadas brasileiras derrubam o governo de João Goulart, em operação que contou com o apoio logístico da marinha norte-americana.
- 1965:** uma invasão de *marines* dos Estados Unidos derruba, na República Dominicana, o presidente eleito, Juan Bosch.
- 1966:** em junho, golpe militar encabeçado por Onganía derruba, na Argentina, o governo civil de Arturo U. Illia.
- 1967:** o governo militar boliviano caça, prende e fuzila Ernesto “Che” Guevara. Agentes norte-americanos da CIA participam da operação.
- 1968:** mobilizações estudantis na maior parte dos países latino-americanos. O coronel Velasco Alvarado encabeça um golpe militar no Peru, que dá início a um processo político nacionalista, com reforma agrária e nacionalização dos recursos naturais.
- 1969:** em maio, ocorre uma insurreição popular na Argentina contra a ditadura militar, conhecida como “cordobaço”.

Em outubro, o general Alfredo Ovando Candia derruba, na Bolívia, seu colega René Barrientos, dando início a um governo nacionalista.

- 1970: vitória eleitoral da Unidade Popular, com Salvador Allende, no Chile. Manobras financiadas e organizadas pela CIA para impedir a sua posse: assassinato do general "legalista" René Schneider.
- 1971; em agosto, o golpe militar de Hugo Bánzer Suárez, na Bolívia, derruba o governo nacionalista de Juan José Torres, dissolve a Assembléia Popular, persegue e massacra opositores de todo tipo.
- 1972: primeiro retorno de Perón à Argentina, em novembro. Radicalização do processo político no Chile, sob o governo "socialista" de Allende.
- 1973: em maio, o peronismo volta ao governo na Argentina. Em julho, golpe militar dissolve Parlamento no Uruguai. Em setembro, golpe encabeçado por Augusto Pinochet, com apoio e financiamento dos Estados Unidos (através da CIA e da ITT) derruba o governo de Salvador Allende e inicia um massacre nos sindicatos, partidos de esquerda e movimentos sociais em geral.
- 1974: vitória do MDB nos comícios parlamentares brasileiros inaugura a contagem regressiva para o fim do regime militar iniciado em 1964. Em julho, morre Perón, ainda no exercício da presidência na Argentina.
- 1975: o general Morales Bermúdez toma o poder no Peru, perseguindo opositores e destruindo conquistas sociais do período prévio. Greve geral na Argentina abala e quase derruba o governo de Isabel Perón.
- 1976: em março, golpe militar (Videla) na Argentina inicia um processo repressivo de dimensões inéditas, com "desaparecimentos" em massa de sindicalistas, militantes de esquerda e estudantes.
- 1977: surgem, na Argentina, os movimentos de familiares de desaparecidos: *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por*

Razones Políticas, e as Mães da Praça de Maio. A primeira presidente das "Mães", Azucena Villaflor, é seqüestrada e assassinada por agentes da ditadura militar

- 1978: Argentina vence, em casa, o Mundial de Futebol, com direta intervenção do regime militar. Greves no ABCD paulista. Vitória do "populista" Vicente Roldós no Equador.
- 1979: explosão de greves no cinturão industrial de São Paulo, violenta repressão militar. Em julho, a dinastia Somoza é derrubada na Nicarágua pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Em agosto, o governo militar de João Figueiredo dita, no Brasil, a Lei de Anistia Geral.
- 1980: hostilidade militar dos Estados Unidos contra Nicarágua, surge a guerrilha "contra" o regime sandinista, financiada pela CIA. Guerra civil em El Salvador. Primeiras ações do futuro MST (Movimento dos Sem-Terra) no Brasil.
- 1981: um acidente suspeito mata o presidente nacionalista panamenho, general Omar Torrijos. Enfrentamento entre facções militares na Bolívia. Derrota do regime militar uruguaio em plebiscito.
- 1982: em abril, o regime militar argentino ocupa as Ilhas Malvinas, em poder da Inglaterra. Esta as recupera após sangrenta guerra, terminada a 16 de junho, na qual recebe o apoio logístico dos Estados Unidos. Invasão da ilha de Granada, no Caribe, por tropas dos Estados Unidos.
- 1983: em outubro, vitória do partido radical nas eleições argentinas (fim do regime militar). Surge, no Brasil, a Central Única dos Trabalhadores (CUT).
- 1984: grande campanha "Diretas Já" no Brasil, visando a democratizar as eleições presidenciais. Vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral: sua morte passa o governo a seu vice, José Sarney, ex-político da Arena (partido do regime militar). Greve geral revolucionária na Bolívia: os mineiros armados invadem La Paz.

1985: na Argentina, o julgamento das Juntas de Comandantes que governaram o país entre 1976 e 1983 determina a prisão de cinco de seus membros, incluídas duas condenações à prisão perpétua.

Os Estados Unidos bloqueiam Nicarágua.

Criação, financiada pelos Estados Unidos, da *Rádio Martí*, para hostilizar o regime de Fidel Castro.

1986: Levante dos militares *carapintadas* na Argentina contra o governo de Raúl Alfonsín, sem sucesso.

1987: bloqueio naval da Colômbia pelos Estados Unidos, sob pretexto de combate ao narcotráfico.

1989: Fernando Collor de Mello derrota Luís Inácio “Lula” da Silva nas primeiras eleições presidenciais diretas no Brasil, depois de trinta anos.

1990: novo levante *carapintada* na Argentina, fracassado. O presidente norte-americano George Bush, em visita à Argentina, onde enfrenta manifestações hostis, garante o apoio dos Estados Unidos ao regime civil.

O presidente argentino Carlos Menem dita o indulto para os comandantes-em-chefe das Juntas Militares que ainda estavam cumprindo prisão: seis anos após o fim do regime militar, ninguém está preso pelas dezenas de milhares de assassinatos, desaparecimentos e roubos de bebês e crianças.

Fim do regime militar de Augusto Pinochet no Chile.

Sugestões de Leitura

ABÓS, Álvaro. *Las Organizaciones Sindicales y el Poder Militar 1976-1983*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

Agência de Desarmamento e Controle de Armamentos dos EUA. *World Military Expenditures and Arms Transfers 1965-1974*. Secretaria de Imprensa do Governo dos EUA, 1976.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDERSEN, Martin. *Dossier Secreto*. Buenos Aires: Planeta, 1993.

BAUER, Carlos. *Os trabalhadores e a construção da democracia no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo: FFLCH, 2001.

BORON, Atilio A. e Faúndez Julio (orgs.). *Malvinas Hoy: Herencia de un Conflicto*. Buenos Aires: Puntosur, 1989.

BRA, Gerardo. *El Gobierno de Onganía*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

BRIONES, Álvaro. *Economía y Política del Fascismo Dependiente*. México: Siglo XXI, 1978.

CALLONI, Stella. *Operación Cóndor: Pacto Criminal*. México: La Jornada, 2001.

CALVERT, Peter. *The Falklands Crisis*. Londres: Frances Pinter, 1982.

CAMARASA, J., R. FELICE e D. GONZÁLEZ. *El Juicio*. Buenos Aires: Sudamericana/Planeta, 1985.